



Demonstrações Contábeis Completas em IFRS 31 de Março de 2012

ITAÚSA

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – janeiro a março de 2012**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a março de 2012, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis disponibilizadas nesta data à CVM e à BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards), em consonância com as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10.

Homenagem a José Carlos Moraes Abreu

Em 18 de março de 2012, faleceu José Carlos Moraes Abreu. Desde maio de 2011, era presidente de honra da Itaúsa.

Advogado, formado pela Universidade de São Paulo em 1944, José Carlos Moraes Abreu dedicou mais de 50 anos de sua vida ao Conglomerado Itaúsa e teve papel extremamente relevante no desenvolvimento da Itaúsa e suas controladas, apoiando os fundadores Olavo Setubal e Eudoro Villela nos mais diversos e importantes desafios, tanto no setor financeiro quanto industrial.

Além de sua rica trajetória na Itaúsa e suas controladas, Moraes Abreu foi também membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 1975 a 1984. Foi membro do Conselho de Administração da Itaúsa de maio de 1966 a abril 2011, tendo sido presidente de setembro de 2008 a abril de 2011.

Já no Itaú Unibanco S.A., José Carlos Moraes Abreu foi membro do Conselho de Administração de 1964 a março de 2003, tendo sido presidente do Conselho de Administração em 1985 e vice-presidente de 1986 a março de 2003. Foi ainda diretor presidente de março de 1985 a junho de 1990 e diretor geral entre 1976 e 1985.

Sua contribuição ao grupo é inestimável. Ao longo de sua vida foi um grande banqueiro e um homem de muito bom senso. Perde-se um homem que com grande rigor contribuiu para a formação da cultura profundamente ética do nosso Conglomerado.

1) DESTAQUES**Itaúsa**

O Relatório Anual de Sustentabilidade Itaúsa 2011, publicado em abril, recebeu da *Global Reporting Initiative* (GRI) declaração de atendimento ao Nível A+ de aplicação das diretrizes GRI (G3.1). Esse reconhecimento é concedido às companhias que mantêm práticas avançadas de relato da sustentabilidade, submetendo também o conteúdo à auditoria independente. As principais empresas do Conglomerado Itaúsa elaboraram seus relatórios de sustentabilidade atendendo aos requisitos de aplicação das diretrizes de GRI – Itaú Unibanco e Duratex no Nível A+ e Elekeiroz e Itautec no Nível A.

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 05.03.2012, elevar o valor dos dividendos trimestrais de R\$ 0,014 para R\$ 0,015 por ação, a partir do pagamento que será efetuado em 02.07.2012, com base na posição acionária de 31.05.2012.

Na Assembleia Geral ocorrida em 26 de abril de 2012, em pauta Extraordinária, foram aprovadas as seguintes propostas:

- Bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de Reservas;
- Aumento de capital com emissão de novas ações no montante de R\$ 500 milhões, para subscrição particular no período de 2 a 31.05.2012.

A elevação do dividendo e a bonificação em ações representarão incremento de 17,9% nos dividendos pagos trimestralmente pela Itaúsa aos seus acionistas. Para maiores detalhes, acesse o site da Itaúsa (www.itausa.com.br).

Em abril de 2012 foram realizadas as Assembleias Gerais Ordinárias de suas principais empresas controladas: Itaú Unibanco (dia 20), Duratex (dia 25), Elekeiroz (dia 20) e Itautec (dia 24). As deliberações estão disponíveis para consulta nos sites de cada uma das empresas controladas.

Itaú Unibanco

No trimestre, o Itaú Unibanco comunicou ao mercado sua intenção de realizar a aquisição das ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A. ("Redecard"). A OPA decorre, dentre outras razões, da visão de que o mercado no qual a Redecard está inserida está passando por alterações regulatórias, competitivas e tecnológicas relevantes, fazendo com que seja mais eficiente que os negócios atualmente explorados pela mesma passem a ser conduzidos em conjunto com as operações e serviços financeiros desenvolvidos pelo Itaú Unibanco. A oferta é de R\$ 35,00 por ação, a ser pago em moeda corrente nacional. A minuta do edital da OPA está disponível no site da CVM, bem como o laudo de avaliação das ações da Redecard pelo seu valor econômico, confeccionado pela empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda.

Em 20 de abril, o Itaú Unibanco divulgou Comunicado ao Mercado informando a celebração de contrato de venda da totalidade da sua participação no Banco BPI (18,87% no capital social) ao Grupo La Caixa, atualmente o maior acionista do BPI e instituição com forte presença na Península Ibérica. Ao longo de vinte anos de associação, o Itaú Unibanco tem desfrutado de excelente relacionamento com a administração do Grupo La Caixa.

Em consequência desta operação, a La Caixa pagará cerca de € 93 milhões ao Itaú Unibanco que provocará um impacto positivo de cerca de R\$ 100 milhões no patrimônio líquido consolidado e terá um efeito negativo, não recorrente, de aproximadamente R\$ 200 milhões no lucro líquido contábil. Esses efeitos serão registrados no 2º trimestre de 2012.

Duratex

A Duratex investiu R\$ 113 milhões no primeiro trimestre de 2012, dando continuidade ao programa que visa fortalecer sua presença nos seus mercados de atuação e diferenciar-se em relação aos concorrentes. O valor está inserido no montante estimado de R\$ 650 milhões para o ano direcionados aos seguintes projetos: (i) nova planta de MDF em Itapetininga (SP), com início de operação previsto para 2013; (ii) complementação de investimento na unidade de Taquari (RS) para plena utilização da capacidade efetiva da linha de MDP, com conclusão prevista para meados de 2013; (iii) plantio e manutenção da base florestal; (iv) novo site de produção de louças sanitárias em Queimados (RJ), com início das operações previsto para o final do 3º trimestre deste ano; e (v) expansão de capacidade de metais sanitários na unidade de Jundiá (SP).

Elekeiroz

No primeiro trimestre, a Elekeiroz investiu R\$ 6 milhões, destacando-se o projeto de ampliação de capacidade da unidade de resinas de poliéster insaturado, com previsão de término no início do segundo semestre deste ano. Além disso, a empresa investiu em programas de aumento de produtividade, segurança operacional e dos colaboradores e preservação do meio ambiente.

Itautec

Em linha com seu plano estratégico, a Itautec investiu R\$ 20 milhões no primeiro trimestre de 2012, dos quais R\$ 16 milhões em pesquisa e desenvolvimento, em sua maior parte direcionados ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automação bancária e automação comercial, incluindo hardware e software, e R\$ 4 milhões em imobilizado operacional.

Fortalecendo o portfólio de produtos de computação, foram lançadas três plataformas de computadores portáteis: a plataforma de entrada visa atender as necessidades específicas dos usuários domésticos; a segunda plataforma atende o mercado corporativo com necessidades de alta mobilidade; e por último, a plataforma de equipamento corporativo que oferece gerenciamento avançado por meio da tecnologia Intel vPro.

2) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido no primeiro trimestre de 2012 atingiu R\$ 1.242 milhões com decréscimo de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 16,8% (19,2% no mesmo período do ano anterior). O lucro líquido recorrente foi de R\$ 1.285 milhões ficando em linha com o valor obtido no mesmo período do ano anterior e apresentando rentabilidade anualizada de 17,4%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Lucro Líquido	1.242	1.260	128	107	1.370	1.367
Lucro Líquido Recorrente	1.285	1.274	128	107	1.413	1.381
Patrimônio Líquido	29.755	26.440	2.930	2.869	32.685	29.310
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	16,8%	19,2%	17,4%	14,5%	16,9%	18,7%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,4%	19,4%	17,4%	14,5%	17,4%	18,9%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	31/03/2012	31/03/2011	Evolução %
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,28	0,29	(2,2)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,29	0,29	0,1
Valor Patrimonial da Controladora	6,75	6,04	11,7
Dividendos/JCP Líquido	0,07	0,07	(2,0)
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	11,28	12,68	(11,0)
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	49.708	55.466	(10,4)

(1) Com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Lucro Líquido	1.242	1.260	128	107	1.370	1.367
Exclusão dos Efeitos não Recorrentes	43	15	-	-	43	15
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	43	14	-	-	43	14
Movimentação de Ações em Tesouraria	-	(22)	-	-	-	(22)
Ajuste a Valor de Mercado - BPI	20	-	-	-	20	-
Provisão para contingências - Planos Econômicos	23	36	-	-	23	36
Lucro Líquido Recorrente	1.285	1.274	128	107	1.413	1.381

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2012	827.623	6.920	670	1.165	315.658
	2011	746.535	6.238	643	1.086	282.957
Receitas Operacionais (3)	2012	33.750	738	216	362	15.111
	2011	28.863	660	185	331	12.913
Lucro Líquido	2012	3.285	86	1	12	1.370
	2011	3.473	77	8	11	1.367
Patrimônio Líquido	2012	74.966	3.778	477	551	32.685
	2011	67.651	3.521	473	522	29.310
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2012	17,6%	9,2%	0,6%	8,8%	16,9%
	2011	20,8%	8,8%	7,0%	8,5%	18,7%
Geração Interna de Recursos (5)	2012	13.320	206	13	21	5.190
	2011	10.384	203	18	16	3.939

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida das empresas controladas em conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em março de 2012 de 36,77% (36,53% em março de 2011 e 36,82% em dezembro de 2011).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços Financeiros.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar)/2)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,77% detida pela Itaúsa.

O lucro líquido no primeiro trimestre atribuível aos acionistas controladores foi 5,4% menor que no ano anterior e totalizou R\$ 3,3 bilhões. Este período apresentou rentabilidade anualizada de 17,6% sobre o patrimônio líquido médio (20,8% no mesmo trimestre de 2011).

Em 31 de março de 2012, o total de ativos consolidado alcançou R\$ 827,6 bilhões e evoluiu 10,9% em relação ao final do primeiro trimestre de 2011 e 1,2% em relação ao final do ano de 2011. O patrimônio líquido dos acionistas controladores somava R\$ 74,9 bilhões ao final do primeiro trimestre de 2012, com crescimento de 10,8% em relação ao mesmo período de 2011.

O saldo das operações de crédito, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 401,4 bilhões em 31 de março de 2012, que representa crescimento de 16,3% em doze meses e de 0,9% em 2012. Ao final do primeiro trimestre de 2012, a carteira de crédito para pessoas físicas no Brasil alcançou R\$ 148,5 bilhões, 14,9% superior ao valor registrado em 31 de março de 2011. Nesse mesmo período de doze meses, a carteira de crédito destinada aos clientes pessoas jurídicas apresentou crescimento de 14,9% e atingiu o saldo de R\$ 231,2 bilhões ao final de março de 2012. Na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai as operações de crédito somaram R\$ 21,7 bilhões ao final do primeiro trimestre de 2012, crescimento de 47,4% comparado a 31 de março de 2011.

O índice de inadimplência total, considerando o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 5,0% em 31 março de 2012, apresentando aumento de 0,8 ponto percentual em relação a 31 de março de 2011 e de 0,2 ponto percentual em relação ao final do ano de 2011. Este indicador atingiu 6,6% para carteira de clientes pessoas físicas e 3,7% para carteira de clientes pessoas jurídicas ao final de março de 2012.

O Itaú Unibanco possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 435,8 bilhões de reais em 31 de março de 2012 e teve evolução de 18,3% em relação a março de 2011 e redução de 2,7% em 2012.

Negócios:

Banco Comercial - Ao final de março de 2012 o Itaú Unibanco contava com 4.980 pontos de atendimento, entre Agências e Postos de Atendimento Bancário (PAB), o que representou um crescimento de 99 agências no período de um ano.

A expansão do serviço Itaú Uniclass, iniciada em setembro de 2011, atingiu a totalidade da rede de varejo, que passou a atender clientes deste segmento com gerências dedicadas, caixas exclusivos nas principais agências, maiores limites de crédito, consultoria de investimentos e atendimento gerencial por telefone.

Em Administração de Ativos, onde são administrados Fundos de Privatização, Renda Fixa, Ações, Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteiras de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior, os ativos administrados atingiram R\$ 423,2 bilhões, com 20% de participação de mercado e ocupando a 2ª posição no ranking global de administração, segundo a ANBIMA.

Seguros, Vida, Previdência e Capitalização - As operações desses negócios em volume de receitas de prêmios, contribuições previdenciárias e com títulos de capitalização atingiram R\$ 5,5 bilhões no primeiro trimestre de 2012 e as provisões técnicas totalizaram R\$ 77,8 bilhões ao final de março de 2012, incluindo as operações no exterior.

Negócios no Exterior – O Itaú Unibanco está presente em 19 países além do Brasil. Na América Latina, atua na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai com foco nas atividades de banco comercial, no atendimento ao varejo

bancário e empresas, e no México em cartões de crédito. Também possui um escritório de representação no Peru e, em fevereiro de 2012, obteve autorização da autoridade regulatória da Colômbia para abertura de Escritório de Representação do Itaú BBA naquela localidade. O mercado alvo na Colômbia será composto por investidores institucionais e pelas grandes empresas com presença no país. O portfólio de produtos incluirá operações de crédito, financiamento ao comércio exterior, câmbio e derivativos e atividades de banco de investimentos, tais como assessorias para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais. Este movimento é mais um passo importante no processo de expansão da operação do banco de investimento no exterior e reforça a atuação na América Latina.

Crédito ao Consumidor – O Itaú Unibanco é líder no segmento de crédito ao consumo no Brasil, por meio da Itaucard, Hipercard e parcerias, oferece um portfólio diversificado de produtos para clientes correntistas e não correntistas, originados em canais proprietários e por meio de parcerias com empresas de destaque em seus respectivos mercados de atuação. No primeiro trimestre de 2012, o valor transacionado atingiu R\$ 39,0 bilhões, o que representou um acréscimo de 14,3% em relação ao mesmo período de 2011.

Itaú BBA

- Na área de Banco de Investimento, destaca-se:

- Renda fixa – O Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias e securitização, no período de janeiro a março de 2012, que totalizaram R\$ 5,2 bilhões. No ranking ANBIMA de distribuição de renda fixa de janeiro a março de 2012, alcançou a 1ª posição em volume, com 24,2% de participação de mercado. Em emissões internacionais de renda fixa, atua como *joint bookrunner* de ofertas com volume total de US\$ 11,7 bilhões, alcançando o 3º lugar no *Ranking* ANBIMA de Mercado de Capitais em Emissões Externas de março de 2012.
- Fusões e Aquisições – O Itaú BBA prestou assessoria financeira a 10 transações, encerrando o primeiro trimestre de 2012 na liderança do *ranking* Thomson Reuters em volume e quantidade de operações, acumulando o montante de US\$ 8,4 bilhões.

- No Banco de Atacado, ressaltam-se as seguintes operações:

- *Cash Management* - apresentou crescimento dos volumes transacionados na ordem de 28% no período de janeiro a março de 2012 comparativamente ao mesmo período de 2011.
- Derivativos – manteve a posição de liderança na CETIP, em operações de derivativos registradas no balcão com Empresas, principalmente em operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e commodities junto aos clientes.
- *Project Finance* - encerrou o primeiro trimestre de 2012 com 49 projetos mandatados que totalizam R\$ 65,7 bilhões em novos investimentos. Deste total 26,9 bilhões correspondem ao setor de óleo e gás, com uma representatividade de 41% do total do volume financeiro.

Solidez do Capital:

O Índice de Basileia atingiu 15,6% ao final de março de 2012, evidenciando a solidez na base de capital. No primeiro trimestre de 2012, o Itaú Unibanco realizou novas emissões de dívida subordinada nível II que incrementaram significativamente a base de capital. No mercado local, foi emitido um total de R\$ 2,3 bilhões em letras financeiras subordinadas e, no exterior, foram realizadas duas novas colocações, no montante de US\$ 550 milhões em janeiro e de US\$ 1.250 milhões em março, totalizando US\$ 1,8 bilhão. Este valor representa mais de 25% do total das emissões externas em dólar de instituições financeiras brasileiras no mercado de capitais durante o primeiro trimestre de 2012, o que demonstra o grande apetite dos investidores pelas emissões do Itaú Unibanco.

2.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A companhia registrou receita líquida consolidada de R\$ 738 milhões no primeiro trimestre de 2012, incremento de 11,8% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, impulsionada especialmente pela expansão nos volumes expedidos, em ambas as Divisões e aumento da base de preços na Deca. A geração de caixa, expressa pelo Ebitda, evoluiu 14,4%, na mesma base de comparação, para R\$ 209 milhões, com margem Ebitda de 28,3% (27,7% no primeiro trimestre de 2011), desempenho bastante favorável considerando-se o aumento da base de custos anual. O lucro líquido foi de R\$ 86 milhões, aumento de 12,2%, com margem líquida de 11,7%, estável em relação ao ano anterior.

A expedição de produtos na Divisão Deca atingiu 6 milhões de peças no trimestre, o que representa expansão de 5,0% sobre o mesmo período de 2011, tendo a receita líquida, na mesma base de comparação, crescido 9,7%, para R\$ 270 milhões. O Ebitda manteve-se estável, no comparativo com idêntico período do ano anterior, pois tanto preços quanto custos unitários aumentaram na mesma proporção.

Na Divisão Madeira, o volume expedido apresentou crescimento 16,3%, para 604 mil metros cúbicos de painéis. A combinação de um ambiente de juros menores e alargamento dos prazos de financiamento no varejo de móveis contribuíram para importante melhora operacional. Comparativamente, a Divisão Madeira apresentou desempenho superior ao da indústria. De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Painéis (Abipa), a demanda do mercado doméstico e de exportação por painéis cresceu 14,9% no trimestre. Esse desempenho determinou elevação de 13,0% da receita líquida, que somou R\$ 467 milhões. A geração operacional de caixa, medida pelo Ebitda, totalizou R\$ 137 milhões, com margem de 29,3% e incremento de 24,2% sobre o primeiro trimestre de 2011. A melhora decorre do maior volume expedido e conseqüente diluição dos custos fixos.

Elekeiroz

Acompanhando a melhora verificada no segmento de produtos químicos de uso industrial, a expedição física total registrou aumento de 31% em relação ao mesmo período de 2011, totalizando 114,5 mil toneladas. As expedições para o mercado interno aumentaram 27% e para o mercado externo tiveram alta expressiva de 66%. Foram expedidas 64,1 mil toneladas de produtos orgânicos, alta de 16%, e 50,5 mil toneladas de produtos inorgânicos e de revenda, aumento de 56%.

O desempenho supera os dados setoriais disponíveis para os dois primeiros meses do ano, que apontam crescimentos de 14,2% na produção, 14,6% nas vendas internas e 6,0% no consumo aparente nacional, comparativamente ao mesmo período de 2011.

Com esse desempenho, a receita líquida totalizou R\$ 216 milhões, crescimento de 16,3% sobre o mesmo período do ano anterior. A evolução favorável para os volumes e faturamento, porém, não se traduziu em melhores retornos, em razão da continuada pressão sobre as margens. Como exemplo, o preço da nafta petroquímica, principal matéria-prima do setor, subiu 18,5% em reais, ante aumento médio de apenas 6,0% dos preços finais de venda dos produtos da amostra da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

O lucro líquido do período foi de R\$ 1 milhão (R\$ 8 milhões no mesmo trimestre de 2011); o EBITDA totalizou R\$ 9 milhões (R\$ 17 milhões no ano anterior) e a margem EBITDA foi de 4,0% (9,0% em 2011).

As exportações, realizadas para mais de 30 países, alcançaram R\$ 41 milhões, aumento de 53,0% sobre o mesmo período de 2011. A relação das exportações sobre a receita líquida passou de 14% em 2011 para 19% neste ano.

O endividamento em instituições financeiras continuou reduzido, sendo de R\$ 88 milhões, em 31 de março de 2012, valor equivalente a 19,0% do patrimônio líquido.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços no primeiro trimestre de 2012 atingiu R\$ 362,0 milhões, 9,2% superior em relação ao primeiro trimestre de 2011. O EBITDA consolidado atingiu R\$ 17,9 milhões, 29,1% superior em relação ao reportado no mesmo período de 2011, e o lucro líquido atingiu R\$ 12,0 milhões, 9,6% superior ao reportado no primeiro trimestre de 2011.

No segmento de Soluções de Automação, a receita líquida do primeiro trimestre de 2012 foi de R\$ 85,3 milhões, 21,0% superior aos R\$ 70,5 milhões registrados no primeiro trimestre de 2011. Foram expedidos 3,4 mil equipamentos no primeiro trimestre de 2012, sendo 2,1 mil ATMs, volume 57,8% superior ao mesmo período de 2011. O crescimento no número de ATMs expedidas está relacionado a contratos com os setores público e privado, incluindo a venda para uma grande instituição financeira pública realizada ao final de 2011.

Na Unidade de Computação, a Itautec deu sequência a sua estratégia de crescimento rentável e sustentável através da diversificação de segmentos e modelos de negócio, registrando, no primeiro trimestre de 2012, um aumento de 15,9% no volume de produtos vendidos, quando comparado com igual período de 2011. Com isso a Unidade atingiu, no primeiro trimestre de 2012, receita líquida de R\$ 155,0 milhões. No segmento de Computação Corporativa houve uma queda de 7,6% na expedição de produtos em relação ao primeiro trimestre de 2011, resultado da redução dos investimentos de empresas e governo em tecnologia da informação. Em Computação Pessoal, as ações estruturais implementadas durante 2011, com o novo portfólio de produtos, o fortalecimento da equipe de vendas e expansão dos pontos de comercialização no varejo brasileiro, contribuíram para o crescimento no número de unidades expedidas em 36,4% no primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011.

A Unidade Serviços Tecnológicos reportou receita líquida de R\$ 121,7 milhões no primeiro trimestre de 2012, superior em 18,8% em relação ao mesmo período de 2011. Essa evolução reflete a combinação da efetivação de novos contratos com maior volume de operações, novos negócios de parceria de assistência técnica, possível por estar presente em mais de 3,7 mil municípios brasileiros, e a projetos de implantação de infraestrutura.

3) GESTÃO DE PESSOAS

Contávamos com 119,8 mil colaboradores ao final de março, sendo que 6,7 mil estavam no exterior. A remuneração fixa dos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 2,3 bilhões no trimestre. Os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes foram de R\$ 420 milhões. Além disso, foram investidos aproximadamente R\$ 55 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

4) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco

Reforçando o compromisso com a transparência e a comunicação com o mercado, no primeiro trimestre de 2012 o Itaú Unibanco participou de 9 conferências e roadshows no Brasil e exterior. Além disso, realizou em fevereiro, pelo segundo ano consecutivo, o Itaú Unibanco Investor's Day em São Paulo, o que colabora para fortalecer o relacionamento com acionistas, analistas e investidores do mercado brasileiro e internacional.

O Itaú Unibanco iniciou o Ciclo Apimec 2012 com a programação de 23 reuniões em todas as regiões do Brasil e também participará de 13 feiras de educação financeira (Expo Money). A agenda completa de reuniões públicas (APIMEC) e das participações na Expo Money está disponível no site de Relações com Investidores: www.itaunibanco.com.br/ri > Agenda.

Duratex

A Duratex aplicou em ações direcionadas ao meio ambiente, durante 2012, R\$ 6,2 milhões, sendo destaque o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos, e a manutenção de áreas florestais. Este valor corresponde a uma variação anual de 14,5% em relação ao investimento desta natureza realizado no mesmo período de 2011.

Pesquisadores do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP) avistaram pela primeira vez a presença de mais 11 espécies de aves na Fazenda Rio Claro, de propriedade da Duratex, localizada em Lençóis Paulista (SP). Entre elas, o Maxalalagá, ameaçado de extinção no estado de São Paulo.

Elekeiroz

O sistema de coleta e recuperação de gás carbônico para venda a terceiros foi responsável pela redução da emissão de 1.344 toneladas de CO2 para a atmosfera no primeiro trimestre de 2012. A empresa tem todas as suas linhas de produção certificadas pela ISO 9001 e pratica o Programa de Atuação Responsável do *International Council of Chemical Associations* administrado no Brasil pela Abiquim.

Itautec

Em março de 2012, a Itautec certificou as linhas de desktops, notebooks e monitores com base na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), da Comunidade Europeia, que restringe o uso de substâncias químicas nocivas na fabricação dos equipamentos.

Como parte do Programa Visita à Fabrica, a companhia recebeu a visita de quatro instituições de ensino no primeiro trimestre de 2012. O principal objetivo é permitir que os estudantes do ensino fundamental e médio, universidades e cursos técnicos possam consolidar e vivenciar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, além de conhecerem o processo produtivo da unidade industrial de Jundiaí (SP). Desde o início do Programa, mais de 5 mil alunos e professores, do Brasil e exterior, visitaram as instalações da Itautec.

5) INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco

Os investimentos sociais e culturais buscam se antecipar às mudanças, aprimorar os aprendizados e focar em projetos e iniciativas que provoquem transformações na sociedade.

Conheça as principais iniciativas deste primeiro trimestre:

- Programa de avaliação econômica de projetos sociais da Fundação Itaú Social: com metodologia desenvolvida em parceria com a Área de Controles de Risco e Financeiro do Itaú Unibanco, o programa tem o objetivo de disseminar a cultura de avaliação econômica de projetos sociais. As inscrições foram abertas para turmas em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza.

- Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco: no primeiro trimestre, premiamos os destaques de 2011, reconhecendo escolas, professores, turmas e alunos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além disso, mais de 1.200 colaboradores voluntários do Itaú Unibanco aderiram à participação do Estudar Vale a Pena.
- Itaú Cultural: mais de 30 mil pessoas visitaram o Itaú Cultural no primeiro trimestre de 2012. O site do instituto teve 2,3 milhões de acessos, dos quais 1,7 milhão deles acessaram as enciclopédias virtuais.
- Investimento direto e via Lei Rouanet no Itaú Cultural: o investimento do Itaú Unibanco no Itaú Cultural no trimestre foi de R\$ 16,9 milhões, dos quais R\$ 7,9 milhões por meio do artigo 26 da Lei Rouanet.

Duratex

No primeiro trimestre de 2012 foram destinados R\$ 2 milhões aos projetos culturais e esportivos em andamento e apoiadas novas iniciativas. Exemplo é a 1ª Bienal Iberoamericana de Design, prevista para o Museu da Casa Brasileira, que promoverá um dos encontros mais importantes de promoção do design contemporâneo em São Paulo; Salas de Cinema – Cine Moviola e Casinha de Filmes, por meio dos quais haverá doação a escolas públicas de estruturas completas para a exibição de filmes digitais e capacitação dos profissionais encarregados da sua utilização.

Destacam-se ainda os projetos Um passe para Educação, que beneficia crianças e adolescentes carentes da comunidade de Paraisópolis, pela prática do futebol e de atividades de suporte e integração com a comunidade e sociedade; e Judô do Futuro, que oferece a prática do judô a crianças e adolescentes carentes com base em metodologia de trabalho que estimule o desenvolvimento cognitivo e intelectual, a tolerância, a convivência e a concentração.

Elekeiroz

No 1º trimestre de 2012, a Elekeiroz doou R\$ 200 mil à Prefeitura de Várzea Paulista/SP para a reforma da ala cirúrgica de partos e leitos do Hospital da Cidade.

Com objetivo de proporcionar mais conforto às crianças que estudam na Escola e Creche Carmem Mirim, em Camaçari, foram doadas mesas e estantes de aço para organização de seus livros.

A empresa, também, realizou a doação de 79 monitores, 57 CPU's e 34 impressoras para o PANGEA - Centro de Estudos Socioambientais, localizado em Lauro de Freitas, na Bahia. Através do PANGEA, jovens participam de um processo formativo integrado de qualificação pessoal, social e técnica (manutenção de computadores e recondicionamento), visando capacitar esses jovens para oportunidades de trabalho e inclusão social.

Itautec

No primeiro trimestre de 2012, foram repassados R\$ 309 mil ao Instituto Ayrton Senna, entidade que compartilha dos mesmos princípios da Itautec de que o investimento em educação de qualidade é capaz de transformar realidades. Desde setembro de 2010, a Itautec destina parte da renda de cada computador vendido no varejo ao Instituto.

6) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco

New Economy Sustainable Finance Awards - Organizado pela revista New Economy, fomos o vencedor em duas categorias: o grupo bancário mais sustentável do Brasil em 2011 e como o gestor de investimentos mais sustentável do Brasil em 2011;

Empresas dos sonhos dos executivos - Produzido pela Cia. de Talentos e divulgado pela revista Exame, ocupamos o 7º lugar no ranking geral e o 2º lugar na lista de empresas preferidas pelos jovens executivos (até 25 anos);

Best Trade Finance Bank in Brazil - Pelo 4º ano consecutivo, recebemos o prêmio Best Trade Finance Bank in Brazil organizado pela Global Finance, que elege os bancos que oferecem melhores produtos e condições para financiamento no comércio exterior;

Deal of the Year Awards - Duas operações que realizamos foram reconhecidas pela revista Project Finance como melhores negócios do ano na América Latina nas áreas de Óleo&Gás e de Parcerias Público-Privadas;

Best Investment Bank in Latin America – Recebemos o prêmio da Global Finance no Region Awards;

Best Emerging Market Banks in Latin America – Concedido pela Global Finance;

Best Equity House of the Year e Deals of the Year 2011 - Organizado pela Latin Finance fomos reconhecidos por diversas emissões de renda variável e de operação de fusões e aquisições;

Deal of the Year - Premiação concedida pela Euromoney à operação em renda variável e de fusões e aquisições;

Best Managed Companies in Latin America - Pela 6ª vez consecutiva, recebemos da revista Euromoney o prêmio Best Managed Companies in Latin America. O banco conquistou o primeiro lugar em duas categorias: “Bancos e Serviços Financeiros” e “Melhor instituição em governança corporativa”. O ranking é baseado numa pesquisa de analistas de mercado e instituições conceituadas na América Latina.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

. Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2012, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 24 de janeiro de 2012 - Contrato de prestação de serviços relacionados com a análise de vulnerabilidade e testes de intrusão de aplicações do perímetro internet. – Itaú Unibanco S.A. – Brasil;
- 17 de fevereiro de 2012 – Contrato para prestação de serviços de revisão dos aspectos relacionados ao Programa de Continuidade de Negócios do Banco Itaú BBA S.A. – Banco Itaú BBA S.A. - Brasil;
- 23 de fevereiro de 2012 – Contrato para a aquisição de relatórios com projeções macroeconômicas e apresentações sobre a evolução da economia nacional, regional e mundial oferecido pelo Club Económico – Banco Itaú Paraguay S.A. – Paraguai;
- 28 de fevereiro de 2012 – Contrato para prestação de serviços para a emissão de relatório de aderência a certificação GIPS (Global Investment Performance Standards) relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011. - Itaú USA Asset Management Inc – Estados Unidos da América;
- 06 de março de 2012 – Participação em Curso sobre "Derivados e Hedge Accounting" ministrado pela PWC Academy, nos dias 19, 20 e 21 de março de 2012, em Lisboa. – Banco Itaú Europa International S.A. – Portugal;
- 29 de março de 2012 - Licença para utilização de biblioteca eletrônica relativa às regras internacionais de contabilidade (Comperio) - Itaú Unibanco S.A. – Brasil.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança a nós dispensada, que procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 03/05/2012).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Conselheiros Suplentes respectivos

JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO

LUIZ ANTONIO CARELI

JOÃO COSTA

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CT-CRC-1SP - 114.497/O – 9

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Diretores Vice-Presidentes

HENRI PENCHAS (*)

JAIRO CUPERTINO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES
FRANCISCO EDUARDO DE ALMEIDA PINTO
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
ISRAEL VAINBOIM
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

Membros

EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES
GUY ALMEIDA ANDRADE
ALKIMAR RIBEIRO MOURA
LUIZ ALBERTO FIORE

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
ARTEMIO BERTHOLINI

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)
CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
MARCOS DE BARROS LISBOA
RICARDO BALDIN
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Diretores

EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON MACEDO BORTOLOTO
MARCO ANTONIO ANTUNES
RODRIGO LUÍS ROSA COUTO
ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

(*) Diretor de Relações com Investidores

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
ANDREA LASERNA SEIBEL
FABIO SCHVARTSMAN
PAULO SETUBAL
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

HELIO SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JUNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

HENRI PENCHAS

Diretores

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSINELLI
FLÁVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN
MONICA RAMOS PINTO
RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
RENATO AGUIAR COELHO
ROBERTO SZACHNOWICZ

Diretores Gerentes

FLÁVIO DIAS SOARES
FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES
MARCO ANTONIO MILLEO
RONEY ROTENBERG

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

(*) Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

MARIO ANSELONI NETO
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARIO ANSELONI NETO (*)

Diretores Vice-Presidentes

CLÁUDIO VITA FILHO
JOSÉ ROBERTO FERRAZ DE CAMPOS
RICARDO HORÁCIO BLOJ
SILVIO ROBERTO DIREITO PASSOS
WILTON RUAS DA SILVA

Diretor

GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ EDUARDO SENISE
REINALDO RUBBI
RICARDO EGYDIO SETUBAL
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARCOS ANTONIO DE MARCHI (*)

Diretores

CARLOS CALVO SANZ
RICARDO JOSE BARALDI

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balço Patrimonial Consolidado em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/03/2012	31/12/2011
Disponibilidades	3	3.938	3.994
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	27.804	36.105
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	8.935	10.244
Aplicações no Mercado Aberto	5	46.479	35.001
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6a	44.311	45.049
Dados em Garantia		6.434	4.471
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		37.877	40.578
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	6b	69	69
Derivativos	7 e 8	3.271	3.240
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	20.620	17.805
Dados em Garantia		5.602	3.113
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		15.019	14.692
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	1.108	1.144
Dados em Garantia		53	85
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		1.054	1.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	11	119.203	118.710
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		128.059	127.501
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(8.856)	(8.791)
Outros Ativos Financeiros	21a	14.350	14.925
Estoques	13	850	771
Investimentos em Empresas não Consolidadas	14 II	940	938
Imobilizado, Líquido	15	5.067	5.085
Ativos Biológicos	16	1.107	1.094
Ativos Intangíveis, Líquidos	17	3.023	3.012
Ativos Fiscais		10.388	10.716
Imposto de Renda e Contribuição Social - a Compensar		1.112	1.364
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	25b	8.919	9.006
Outros		357	346
Bens Destinados a Venda		36	31
Outros Ativos	21a	4.159	4.069
TOTAL DO ATIVO		315.658	312.002

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balço Patrimonial Consolidado em 31 de Março de 2012 e 31 de Dezembro de 2011***(Em milhões de Reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2012	31/12/2011
Recursos Captados		213.540	212.890
Depósitos	18	85.047	89.326
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	19	271	1.037
Captações no Mercado Aberto	20a	73.467	68.273
Recursos de Mercados Interbancários	20a	33.037	33.323
Recursos de Mercados Institucionais	20c	21.718	20.931
Derivativos	7	2.779	2.486
Outros Passivos Financeiros	21b	15.757	16.246
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29c III	27.567	26.108
Passivos de Planos de Capitalização		1.050	1.045
Provisões	31	6.461	6.221
Obrigações Fiscais		3.558	4.449
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		363	707
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	25b	2.714	3.133
Outras		481	609
Outros Passivos	21b	12.261	10.267
Total do Passivo		282.973	279.712
Patrimônio Líquido			
Capital Social	22a	13.678	13.678
Ações em Tesouraria	22a	(80)	(80)
Reservas	22c	16.458	16.083
Resultado Abrangente Acumulado		(301)	(340)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		29.755	29.341
Participações de Acionistas não Controladores		2.930	2.949
Total do Patrimônio Líquido		32.685	32.290
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		315.658	312.002

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Demonstração Consolidada do Resultado****Períodos Findos em 31 de Março de 2012 e 2011***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Vendas de Produtos e Serviços		1.279	1.269
Custo dos Produtos e Serviços		(812)	(951)
Receita de Juros e Rendimentos		9.600	8.250
Despesas de Juros e Rendimentos		(4.940)	(4.049)
Receita de Dividendos		14	18
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos financeiros		537	93
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		171	151
Receita de Prestação de Serviços Financeiros		1.714	1.624
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros		542	456
Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	29	1.828	1.413
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(1.332)	(999)
Receita de Operações de Capitalização		45	42
Outras Receitas Operacionais	24a	94	204
Perdas com Créditos e Sinistros		(1.961)	(1.344)
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(2.229)	(1.502)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		438	438
Despesas com Sinistros		(171)	(280)
Outras Despesas Operacionais	24b	(821)	(772)
Despesas Gerais e Administrativas	24c	(2.923)	(2.580)
Despesas Tributárias		(530)	(426)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	14b	21	86
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.985	2.029
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	25	(1.037)	(802)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	25	422	140
LUCRO LÍQUIDO		1.370	1.367
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		1.242	1.260
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		128	107
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO			
Ordinárias	26	0,28	0,29
Preferenciais	26	0,28	0,29
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		1.696.626.868	1.680.795.973
Preferenciais		2.710.154.721	2.693.485.616

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em 31 de Março de 2012 e 2011
 (Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
LUCRO LÍQUIDO		1.370	1.367
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		91	(139)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao resultado por alienação	9	(80)	(67)
Variação de Valor Justo		218	(144)
Efeito fiscal		(47)	72
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(10)	17
Hedge de fluxo de caixa		(42)	23
Variação de Valor Justo		(64)	35
Efeito fiscal		22	(12)
Total do Resultado Abrangente		1.409	1.268
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores		1.281	1.161
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores		128	107

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Períodos Findos em 31 de Março de 2012 e de 2011

(Em milhões de Reais)

	Nota	31/03/12	31/03/11
Lucro Líquido		1.370	1.364
Ajustes ao Lucro Líquido:		3.820	2.575
Outorga de Opções Reconhecidas	23a II,IV	40	34
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		213	6
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	2.229	1.502
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		324	277
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		30	12
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		1.332	999
Resultado de Operações de Capitalização		(45)	(42)
Depreciações, Amortizações e Exaustão	15, 16 e 17	338	236
Tributos Diferidos		(422)	(140)
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas		(21)	(86)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	(80)	(67)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(245)	(222)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(26)	(41)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	24 a e b	(1)	1
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	24 a e b	1	-
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	24 a e b	2	4
Perda por Impairment do Intangível	17	-	(6)
Juros, Variações Cambiais e Monetárias, líquidas		41	39
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos		(33)	(36)
Outros		143	105
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		11.111	(8.526)
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(601)	68
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto		3.796	(10.844)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		8.248	(1.852)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		668	2.381
(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)		262	(171)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		(1)	58
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(2.816)	(4.994)
(Aumento) Redução em Estoques		(85)	(75)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		262	1.311
(Aumento) Redução em Outros Ativos Fiscais		568	858
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(160)	(263)
(Redução) Aumento em Depósitos		(4.167)	564
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		5.290	2.598
(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(764)	(372)
(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários		(255)	2.208
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros		(458)	(2.409)
(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência		165	61
(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização		52	76
(Redução) Aumento em Provisões		298	31
(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais		127	(52)
(Redução) Aumento em Outros Passivos		1.587	2.906
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(905)	(614)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		16.301	(4.587)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		8	7
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(5.121)	(1.207)
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		2.775	1.721
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		-	(45)
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		61	106
Alienação de Bens Destinados a Venda		7	10
Alienação de Investimentos		-	(12)
Alienação de Imobilizado de Uso	15	85	59
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(247)	(279)
Distrato de Contratos do Intangível		-	1
Alienação de Intangível	17	(2)	127
Aquisição de Intangível	17	(123)	(226)
Aquisição e Formação de Ativo Biológico		(24)	(70)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.581)	192
Captação em Mercados Institucionais		2.178	1.647
Resgate em Mercados Institucionais		(1.739)	(1.147)
Redução da Participação dos Acionistas Não Controladores		(147)	(115)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		61	49
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		-	(3)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(784)	(721)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(431)	(290)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.289	(4.685)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	14.097	16.989
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(213)	(6)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	27.173	12.298
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros Recebidos		8.443	8.397
Juros Pagos		2.983	3.664
Transações Não Monetárias			
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	1
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		930	823

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Consolidada
Períodos findos em 31 de Março de 2012 e 2011
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2012	%	01/01 a 31/03/2011	%
RECEITAS	12.160		11.025	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.279		1.269	
Resultado Financeiro e de Valores Mobiliários	10.308		8.494	
Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	542		565	
Juros, Rendimentos, Dividendos e Prestação de Serviços Financeiros	1.728		1.643	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.791)		(1.065)	
Outras	94		119	
DESPESAS	(6.322)		(5.255)	
Juros e Rendimentos	(4.940)		(4.049)	
Sinistros	(171)		(133)	
Outras	(1.211)		(1.073)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.771)		(1.992)	
Custos dos Produtos, Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(743)		(951)	
Materiais, Energia, Serviços e Outros	(43)		(39)	
Serviços de Terceiros	(304)		(249)	
Outras	(681)		(753)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(296)		(274)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(75)		(80)	
Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	(86)		(67)	
Transporte	(61)		(51)	
Segurança	(49)		(44)	
Viagens	(15)		(15)	
Outras	(99)		(222)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.067		3.778	
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(338)		(195)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	3.729		3.583	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	21		79	
Resultado de Equivalência Patrimonial	21		79	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.750		3.662	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.750	100,00%	3.662	100,00%
Pessoal	969	25,84%	961	26,24%
Remuneração Direta	781		747	
Benefícios	133		152	
F.G.T.S.	55		62	
Impostos, Taxas e Contribuições	1.323	35,28%	1.251	34,16%
Federais	1.237		1.171	
Estaduais	21		19	
Municipais	65		61	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	88	2,35%	83	2,27%
Remuneração de Capitais Próprios	1.370	36,53%	1.367	37,33%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	335		341	
Lucros Retidos do Período	907		919	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	128		107	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/03/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros		976	802
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		734	317
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		12	12
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Receber		230	473
Ativos Fiscais		648	618
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		107	160
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		541	458
Investimentos		29.377	29.000
Participação em Controladas	14	29.373	28.996
Outros Investimentos		4	4
Imobilizado, Líquido		72	72
Ativos Intangíveis	17	460	460
Outros Ativos não Financeiros		93	91
Depósitos em Garantia		93	91
TOTAL DO ATIVO		31.626	31.043

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011***(Em milhões de Reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2012	31/12/2011
Recursos Captados em Mercados Institucionais - Debêntures	20b	770	751
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social		69	112
Provisões		99	58
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		928	776
Outros passivos não financeiros		5	5
TOTAL DO PASSIVO		1.871	1.702
Patrimônio Líquido	22	29.755	29.341
Capital Social		13.678	13.678
(-) Ações em Tesouraria		(80)	(80)
Reservas		16.458	16.083
Resultado Abrangente Acumulado		(301)	(340)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.626	31.043

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INDIVIDUAL
Períodos findos em 31 de Março de 2012 e 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
RECEITAS OPERACIONAIS (Líquidas)		1.272	1.340
Ganhos Líquidos com Ativos Financeiros		16	20
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	1.254	1.319
Outras Receitas Operacionais		2	1
DESPESAS OPERACIONAIS		(111)	(86)
Despesas Gerais e Administrativas		(9)	(10)
Outras Despesas Operacionais		(82)	(46)
Despesa Financeira		(20)	(30)
RESULTADO OPERACIONAL		1.161	1.254
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		1.161	1.254
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		81	6
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		83	6
LUCRO LÍQUIDO		1.242	1.260
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO / DILUÍDO			
Ordinárias	26	0,28	0,29
Preferenciais	26	0,28	0,29
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA / DILUÍDA			
Ordinárias	26	1.696.626.868	1.680.795.973
Preferenciais	26	2.710.154.721	2.693.485.616

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 22)
Períodos Ffindos em 31 de Março de 2012 e de 2011
(Em milhões de reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores						Resultado Abrangente			Total do Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total do Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total	
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas- De Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Disponível para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior				Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa
Saldo ajustado em 01/01/2011	13.266	-	-	11.579	1.008	445	-	245	(391)	7	26.159	2.877	29.036
Transações com os Acionistas Controladores	-	-	-	13	-	(445)	(341)	-	-	-	(773)	-	(773)
Outorga de Opções	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	13	-	13
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(341)	-	-	-	(341)	-	(341)
Dividendo - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(445)	-	-	-	-	(445)	-	(445)
Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(115)	(115)
Outros	-	-	-	31	(138)	-	-	(49)	-	17	(139)	-	(139)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	1.260	(90)	17	6	1.193	107	1.300
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.260	-	-	-	1.260	107	1.367
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(90)	17	6	(67)	-	(67)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	63	-	-	(63)	-	-	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	-	856	-	(856)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2011	13.266	-	-	11.686	1.726	-	-	106	(374)	30	26.440	2.869	29.309
Saldo em 01/01/2012	13.678	(80)	-	11.788	3.744	551	-	40	(276)	(104)	29.341	2.949	32.290
Transações com os Acionistas Controladores	-	-	-	9	-	(551)	(335)	-	-	-	(877)	-	(877)
Outorga de Opções	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	9	-	9
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(335)	-	-	-	(335)	-	(335)
Dividendo - excedente ao mínimo obrigatório exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(551)	-	-	-	-	(551)	-	(551)
Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(147)	(147)
Outros	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	10	-	10
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	1.242	91	(10)	(42)	1.281	128	1.409
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.242	-	-	-	1.242	128	1.370
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	91	(10)	(42)	39	-	39
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	62	-	-	(62)	-	-	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	-	845	-	(845)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2012	13.678	(80)	-	11.869	4.589	-	-	131	(286)	(146)	29.755	2.930	32.685

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
Períodos findos em 31 de Março de 2012 e de 2011
(Em milhões de Reais)

01/01 a 31/03/2012 01/01 a 31/03/2011

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(74)	(65)
Lucro Líquido	1.242	1.260
Ajustes ao Lucro Líquido:	(1.316)	(1.325)
Juros sobre Debentures	20	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.253)	(1.319)
Tributos Diferidos	(83)	(6)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(442)	(368)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(20)	(491)
(Redução) Aumento em Provisões, Contas a Pagar e Outros Passivos	(6)	473
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	2	-
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	(418)	(350)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(516)	(433)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.251	1.083
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.251	1.083
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(735)	(650)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(735)	(650)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	-	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Individual
Períodos findos em 31 de Março de 2012 e 2011
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2012	%	01/01 a 31/03/2011	%
RECEITAS	18		21	
Ganhos Líquidos com Ativos Financeiros	16		20	
Outras Receitas Operacionais	2		1	
DESPESAS	(21)		(35)	
Outras Despesas	(21)		(35)	
Financeiras	(20)		(30)	
Outras	(1)		(5)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4)		(2)	
Serviços de Terceiros	(1)		(2)	
Outras	(3)		-	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(2)		-	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1)		-	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(7)		(16)	
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	(1)		-	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(8)		(16)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.253		1.319	
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.253		1.319	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.245	100,00%	1.303	100,00%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.245		1.303	
Pessoal	3	0,24%	3	0,23%
Remuneração Direta	3		3	
Impostos, Taxas e Contribuições	-	0,00%	40	3,07%
Federais	-		40	
Remuneração de Capitais Próprios	1.242	99,76%	1.260	96,70%
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	335		341	
Lucros Retidos do Período	907		919	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de março de 2012 e de 2011
(Em milhões de reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controlada em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 17,9% das ações preferenciais, 34,5% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 03 de maio de 2012.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária com a opção de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas completas em vez das demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2012

- Alteração do IFRS 7 - “*Financial Instruments: Presentation*” – em outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com risco remanescentes. Os efeitos dos requerimentos de divulgação estão apresentados na Nota 11.
- Alteração do IAS 12 – “*Income taxes*” - em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.
- Alterações do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações.
- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.
- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – essa alteração não permite mais o uso do método do “corredor” e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.
- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.
- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.
- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa, que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado, para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos para determinar se evidências objetivas indicam que ocorreu um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos e esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável.

A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes em provisões face à experiência de perda incorrida.

O montante de provisão em 31 de março de 2012 era de R\$ 8.856 (R\$ 8.791 em 31/12/2011).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 1.192 (R\$ 1.187 em 31/12/2011).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4o, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 25. O montante de ativo fiscal diferido era de R\$ 8.919 (R\$ 9.006 em 31/12/2011).

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 31 de março de 2012 totalizam ativos no valor de R\$ 68.271 (R\$ 66.163 em 31/12/11) (dos quais R\$ 3.271 são derivativos) (R\$ 3.240 em 31/12/2011) e passivos no valor de R\$ 3.050 (R\$ 3.523 em 31/12/2011) (dos quais R\$ 2.779 são derivativos) (R\$ 2.486 em 31/12/11). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 30.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 31/03/2012 o montante de R\$ 54 (R\$ 36 em 31/12/2011) foi reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de benefício definido. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 213.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa se razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil dessas provisões em 31/03/12 é de R\$ 6.461 (R\$ 6.221 em 31/12/11).

f) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 16. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

g) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações das controladas da ITAÚSA para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da ITAÚSA CONSOLIDADO, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que normalmente detêm participações superior a 50% em seu capital votante.

II. Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “*Consolidation – Special Purpose Entities*”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes as suas atividades.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III. Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o CPC 19: o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidado proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial”. A ITAÚSA CONSOLIDADO optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2012	Porcentagem do capital em 31/03/2011
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,77%	36,53%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,40%	35,35%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,60%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

A tabela abaixo apresenta os valores incluídos nos balanços patrimoniais consolidados e nas demonstrações do resultado de entidades controladas em conjunto (Joint Ventures) consolidadas proporcionalmente pela ITAÚSA:

	31/03/2012	31/12/2011
Total de Ativos	827.623	837.292
Total de Passivos	751.469	744.076
Total de Receitas	37.841	137.714
Total de Despesas	(34.362)	(120.756)

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding e para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAÚSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

IV. Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 (R1), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em inputs, processos aplicados a tais inputs e outputs, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio. O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4(I). Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizavam R\$ (248) para o período de 01/01 a 31/03/12 (R\$ (191) de 01/01 a 31/03/11).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 03.

d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, impõem atualmente diversas Exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

A ITAÚSA CONSOLIDADO dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. A ITAÚSA CONSOLIDADO monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

A ITAÚSA classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4(e)), Aplicações no mercado aberto (Nota 2.4f), Operações de crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixados, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são “desreconhecidos” quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o “desreconhecimento”. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e as perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são reconhecidas em “Receita de juros e rendimentos” e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica “Despesa de juros e rendimentos”, respectivamente.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de *hedge* o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- espera-se que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido de operações no exterior, conforme detalhado na Nota 8.

“*Hedge*” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em resultado abrangente acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em resultado abrangente acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

“Hedge” de investimento líquido em operação no exterior

O *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao “Hedge” de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em resultado abrangente acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em resultado abrangente acumulado é reclassificado do Patrimônio Líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, na alienação total ou parcial da operação no exterior.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e entradas de benefícios econômicos são prováveis.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Classificamos uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para credores de liquidação duvidosa.

No Itaú Unibanco Holding o segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro/Pequenas e Médias Empresas corresponde a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nosso segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, o Itaú Unibanco Holding tem duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita em nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em nível detalhado por segmento, por entender as razões relacionadas às estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido na ITAÚSA CONSOLIDADO e ocorre na Demonstração Consolidada do resultado na rubrica Receitas de juros e rendimentos.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Geral

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária caso exista a evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do balanço patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui julgamento da administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela administração.

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em uma deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* é de, no máximo 12 meses considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente, para créditos que sejam individualmente significativos, ou coletivamente, para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, utilizamos metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas), descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que eventualmente serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável, de forma a refletir (i) os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e (ii) excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, nós classificamos essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo nosso Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. Estimamos perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, a qual utiliza a nossa experiência histórica dos últimos anos para construir modelos internos usados tanto para estimar a PD (probabilidade de “default”) quanto para estimar a LGD (perda dado o “default”).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida por nossas áreas de risco de crédito e de finanças nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada um dos segmentos: Grandes empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro / Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada um dos quatro segmentos responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é ainda dividido em grupos: Os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada um dos quatro segmentos.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos

inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de diferentes variáveis para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que ele não está capturando em um relativo curto espaço de tempo efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o modelo é validado por meio de “*back-testing*”, que é o processo de testar periodicamente os modelos por meio de sua aplicação a dados históricos. São aplicados métodos estatísticos para mensurar a performance do modelo, através da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado para chegar na atualização do modelo, esse detalhamento permite que uma área independente consiga replicar o processo. Essa validação é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu. A área de validação dos modelos emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática usada para alterar o modelo. O parecer técnico posteriormente é submetido ao CTAM (Comissão técnica de avaliação de modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada um dos segmentos (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro/ Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), equipes diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um desses quatro segmentos. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um dos quatro segmentos resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada segmento de portfólio na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, são utilizados dados e informações diferentes para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o nosso histórico de relacionamento do cliente, os resultados da análise das demonstrações financeiras da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é também aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são principalmente o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro/Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencidos” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores se o ativo for considerado como tal, será divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos, cuja composição estão apresentadas na Nota 21a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de juros e rendimento.

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 18).
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item f).
- Recursos de mercados interbancários.
- Recursos de mercados institucionais.
- Obrigações de planos de capitalização.
- Outros passivos financeiros (Nota 21b).

h) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

i) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que a ITAÚSA CONSOLIDADO utiliza para associadas, conforme definido pelo CPC 18) são aquelas empresas nas quais o investidor têm influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em

suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

j) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatária)

Como arrendatária, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o Itaú Unibanco Holding detém substancialmente todos os riscos e benefício de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

k) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada exercício.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na

Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável. A ITAUSA CONSOLIDADO não reconheceu nos períodos findos em 31/03/2012 e em 31/03/2011 perdas por redução ao valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras receitas Operacionais ou Despesas gerais e administrativas.

I) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

m) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode

ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

A ITAÚSA CONSOLIDADO não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável nos períodos findos em 31/03/2012 e em 31/03/2011.

n) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras despesas operacionais. Em caso de recuperação do valor justo, menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

o) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social a compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	2012 e 2011
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%

(*) A partir de 01/05/2008, para as empresas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

p) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – Contratos de Seguros define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, por meio das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBl, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, pois a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios dos seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados após 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação destes. Em caso de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas provisões de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

A ITAÚSA efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do CPC 11.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. A ITAÚSA efetua o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes para fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstre que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, é contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange tanto seguros de danos como seguros de vida e previdência.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação do passivo estão detalhadas no Nota 29.

q) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

r) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 132 de 01/01 a 31/03/2012 (R\$ 127 de 01/01 a 31/03/2011).

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o CPC 33.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Custo de serviço passado – é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a

obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação do plano, um ganho ou uma perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ou por suas controladas ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometida pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefício definido.

s) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamentos baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 23.

t) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de prestação de serviços financeiros.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluímos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

u) PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

v) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é

contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

w) **DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

x) **LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,015 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

y) **RECEITAS**

I) Venda de produtos e serviços

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itaotec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

II) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes tais como, administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 32.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2012	31/12/2011
Disponibilidades	3.938	3.994
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.067	6.967
Aplicações em Operações Compromissadas - Mercado Aberto	18.168	3.136
Total	27.173	14.097

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto superiores a 90 dias são de R\$ 3.868 (R\$ 3.277 em 31/12/2011) e R\$ 26.991 (R\$ 31.865 em 31/12/2011), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	31/03/2012	31/12/2011
Não Remunerados	1.968	2.110
Remunerados	25.836	33.995
Total	27.804	36.105

NOTA 5 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.560	2.739	24.299	25.384	2.437	27.821
Aplicações no Mercado Aberto (*)	122.819	-	122.819	92.248	-	92.248
Total	144.379	2.739	147.118	117.632	2.437	120.069
Participação Itaúsa		36,77%			36,82%	
	53.087	1.007	54.094	43.314	897	44.212
Itaúsa e Empresas Industriais	1.320	-	1.320	1.033	-	1.033
Total	54.407	1.007	55.414	44.347	897	45.245

(*) O montante de R\$ 2.881 (R\$ 2.595 em 31/12/2011) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 21.097 (R\$ 18.301 em 31/12/2011) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.332	49	-	1.381
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	89.274	199	(5)	89.468
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	810	34	-	844
Títulos Públicos - Outros Países (1b)	1.212	20	(10)	1.222
Argentina	173	6	(9)	170
Estados Unidos	579	11	-	590
México	356	3	-	359
Chile	71	-	(1)	70
Uruguai	25	-	-	25
Outros	8	-	-	8
Títulos de Dívida de Empresas (1c)	27.104	120	(75)	27.149
Ações Negociáveis	2.510	88	(69)	2.529
Certificado de Recebíveis Imobiliários	22	1	-	23
Certificado de Depósito Bancário	6.431	-	-	6.431
Debêntures	3.485	2	-	3.487
Euro Bonds e Assemelhados	1.544	29	(6)	1.567
Letras Financeiras	12.135	-	-	12.135
Outros	977	-	-	977
TOTAL	119.732	422	(90)	120.064
Participação Itaúsa - 36,77%	44.025	155	(33)	44.147
Outras Empresas	157	15	(8)	164
TOTAL	44.182	170	(41)	44.311

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 31/03/2012 eram: a) R\$ 16.924, b) R\$ 376 e c)

R\$ 198, totalizando R\$ 17.498, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 6.223, b) R\$ 138 e c) R\$ 73, totalizando R\$ 6.434.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.326	35	(22)	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.914	184	(184)	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	868	42	-	910
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	787	28	(13)	802
Argentina	226	12	(13)	225
Estados Unidos	280	12	-	292
México	201	4	-	205
Chile	50	-	-	50
Uruguai	27	-	-	27
Outros	3	-	-	3
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	24.965	84	(125)	24.924
Ações Negociáveis	2.325	69	(97)	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	23	1	-	24
Certificado de Depósito Bancário	7.820	-	-	7.820
Debêntures	3.525	2	(1)	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	1.446	12	(27)	1.431
Letras Financeiras	8.973	-	-	8.973
Outros	853	-	-	853
TOTAL	121.860	373	(344)	121.889
Participação Itaúsa - 36,82%	44.871	137	(127)	44.882
Outras Empresas	169	50	(52)	167
TOTAL	45.040	187	(179)	45.049

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 31/12/2011 eram: a) R\$ 12.010, b) R\$ 84 e c)

R\$ 48, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 4.422, b) R\$ 31 e c) R\$ 18.

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/03/2012	31/03/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		
Ganhos	1.127	332
Perdas	(458)	(421)
TOTAL	669	(89)
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,53% em Mar/11	246	(33)
TOTAL	246	(33)

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Circulante	40.366	40.452	37.701	37.706
Sem vencimento	3.843	3.910	3.650	3.635
Até um ano	36.523	36.542	34.051	34.071
Não Circulante	79.366	79.612	84.159	84.183
De um a cinco anos	66.055	66.201	72.064	72.088
De cinco a dez anos	8.074	8.122	8.570	8.550
Após dez anos	5.237	5.289	3.525	3.545
TOTAL	119.732	120.064	121.860	121.889
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/11 e 36,82% em Dez/11	44.025	44.147	44.871	44.882
Outras Empresas	157	164	169	167
	44.182	44.311	45.040	45.049

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A, com um valor justo de R\$ 61.638 (R\$ 57.734 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 22.664 e (R\$ 21.259 em 31/12/2011). O retorno de tais ativos (positivo e negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos de PGBL e VGBL cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimentos.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	185	4	-	189
Participação Itaúsa - 36,77%	68	1	-	69
TOTAL	68	1	-	69

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			Valor Justo
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	182	4	-	186
Participação Itaúsa - 36,82%	68	1	-	69
TOTAL	68	1	-	69

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/03/2012	31/03/2011
Ganhos	5	6
TOTAL	5	6
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,53% em Mar/11	2	2
TOTAL	2	2

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Não Circulante	185	189	182	186
Após dez anos	185	189	182	186
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/11 e 36,82% em Dez/11	68	69	68	69
TOTAL	68	69	68	69

NOTA 07 – DERIVATIVOS

A ITAÚSA por intermédio principalmente de sua controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo como Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pela ITAÚSA e suas controladas proporcionais à participação era de R\$ 1.969 em 31/03/2012 (R\$ 3.029 em 31/12/2011) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/03/2012	31/03/2012	31/03/2012	31/03/2012
Contratos de futuros	339.061	42	(67)	(25)
Compromissos de Compra	104.415	65	3	68
Moeda Estrangeira	7.055	9	2	11
Mercado Interfinanceiro	84.806	9	-	9
Índices	12.179	45	1	46
Títulos	246	-	-	-
Commodities	129	2	-	2
Compromissos de Venda	234.646	(23)	(70)	(93)
Moeda Estrangeira	8.415	(1)	(64)	(65)
Mercado Interfinanceiro	134.677	(3)	-	(3)
Índices	81.886	(18)	4	(14)
Títulos	8.881	-	-	-
Commodities	787	(1)	(10)	(11)
Contratos de Swaps		53	(317)	(264)
Posição Ativa	95.288	1.753	909	2.662
Moeda Estrangeira	9.521	330	89	419
Mercado Interfinanceiro	37.857	491	8	499
Prefixados	20.941	234	238	472
Pós-Fixados	3.506	1	6	7
Índices	23.137	688	555	1.243
Commodities	3	-	-	-
Outros	323	9	13	22
Posição Passiva	95.235	(1.700)	(1.226)	(2.926)
Moeda Estrangeira	11.489	(441)	(74)	(515)
Mercado Interfinanceiro	24.029	(86)	42	(44)
Prefixados	23.323	(222)	(424)	(646)
Pós-Fixados	5.476	(41)	(4)	(45)
Índices	30.325	(810)	(793)	(1.603)
Títulos	112	(90)	30	(60)
Commodities	99	(5)	-	(5)
Outros	382	(5)	(3)	(8)
Contratos de Opções	800.917	95	(289)	(194)
De Compra - Posição Comprada	198.123	971	(294)	677
Moeda Estrangeira	16.772	638	(244)	394
Mercado Interfinanceiro	31.285	49	(37)	12
Pós-Fixados	311	1	(1)	-
Índices	147.604	192	(73)	119
Títulos	1.527	75	55	130
Commodities	514	15	2	17
Outros	110	1	4	5
De Venda - Posição Comprada	223.472	620	76	696
Moeda Estrangeira	10.178	152	(19)	133
Mercado Interfinanceiro	37.675	56	24	80
Pós-Fixados	180	1	-	1
Índices	169.964	232	9	241
Títulos	2.684	127	63	190
Commodities	2.529	41	(12)	29
Outros	262	11	11	22
De Compra - Posição Vendida	142.803	(802)	53	(749)
Moeda Estrangeira	9.064	(337)	(48)	(385)
Mercado Interfinanceiro	17.135	(32)	26	(6)
Índices	114.270	(360)	127	(233)
Títulos	1.445	(52)	(60)	(112)
Commodities	793	(21)	12	(9)
Outros	96	-	(4)	(4)
De Venda - Posição Vendida	236.519	(694)	(124)	(818)
Moeda Estrangeira	12.280	(251)	122	(129)
Mercado Interfinanceiro	45.017	(114)	(152)	(266)
Índices	177.324	(204)	(28)	(232)
Títulos	1.413	(103)	(58)	(161)
Commodities	210	(11)	3	(8)
Outros	275	(11)	(11)	(22)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos de futuros	268.806	75	(49)	26
Compromissos de Compra	251.094	75	19	94
Moeda Estrangeira	59.087	(1)	12	11
Mercado Interfinanceiro	144.154	1	-	1
Índices	41.365	75	7	82
Títulos	6.338	-	-	-
Commodities	122	-	-	-
Outros	28	-	-	-
Compromissos de Venda	17.712	-	(68)	(68)
Moeda Estrangeira	15.796	-	(63)	(63)
Mercado Interfinanceiro	52	-	-	-
Índices	1.106	-	-	-
Títulos	230	-	(3)	(3)
Commodities	513	-	(2)	(2)
Outros	15	-	-	-
Contratos de Swaps	-	72	(120)	(48)
Posição Ativa	94.806	2.155	595	2.750
Moeda Estrangeira	9.883	605	7	612
Mercado Interfinanceiro	39.936	545	50	595
Prefixados	16.808	227	241	468
Pós-Fixados	3.809	3	-	3
Índices	23.995	739	312	1.051
Títulos	28	23	(26)	(3)
Commodities	3	-	-	-
Outros	344	13	11	24
Posição Passiva	94.734	(2.083)	(715)	(2.798)
Moeda Estrangeira	11.171	(608)	22	(586)
Mercado Interfinanceiro	24.958	(100)	10	(90)
Prefixados	21.733	(325)	(301)	(626)
Pós-Fixados	6.144	(133)	2	(131)
Índices	29.225	(816)	(477)	(1.293)
Títulos	112	(85)	34	(51)
Commodities	108	(1)	(4)	(5)
Outros	1.283	(15)	(1)	(16)
Contratos de Opções	1.108.517	576	(739)	(163)
De Compra - Posição Comprada	237.863	1.122	(373)	749
Moeda Estrangeira	17.481	887	(289)	598
Mercado Interfinanceiro	36.911	65	(36)	29
Pós-Fixados	278	1	(1)	-
Índices	181.517	124	(58)	66
Títulos	1.162	31	11	42
Commodities	501	14	-	14
Outros	13	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	354.697	1.457	237	1.694
Moeda Estrangeira	7.635	149	(41)	108
Mercado Interfinanceiro	27.212	293	(49)	244
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	218	1	-	1
Índices	315.903	915	(2)	913
Títulos	2.821	82	317	399
Commodities	768	14	-	14
Outros	138	3	11	14
De Compra - Posição Vendida	174.398	(778)	47	(731)
Moeda Estrangeira	10.325	(454)	(97)	(551)
Mercado Interfinanceiro	23.954	(47)	11	(36)
Índices	139.248	(258)	144	(114)
Títulos	795	(15)	(13)	(28)
Commodities	65	(4)	2	(2)
Outros	11	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	341.559	(1.225)	(650)	(1.875)
Moeda Estrangeira	10.757	(309)	113	(196)
Mercado Interfinanceiro	35.433	(178)	(239)	(417)
Prefixados	2	-	(1)	(1)
Índices	293.394	(647)	(197)	(844)
Títulos	1.636	(79)	(316)	(395)
Commodities	197	(9)	1	(8)
Outros	140	(3)	(11)	(14)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação Valor Referencial			
	31/03/2012	31/03/2012	31/03/2012	31/03/2012
Contratos a Termo	18.081	841	9	850
Compras a Receber	7.490	1.629	6	1.635
Moeda Estrangeira	5.562	259	6	265
Mercado Interfinanceiro	523	-	-	-
Prefixados	959	959	-	959
Pós-Fixados	408	408	-	408
Títulos	2	2	-	2
Commodities	28	1	-	1
Outros	8	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	2.688	(1.474)	5	(1.469)
Moeda Estrangeira	2.574	(90)	5	(85)
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-
Prefixados	-	(959)	-	(959)
Pós-Fixados	-	(409)	-	(409)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Commodities	114	(14)	-	(14)
Vendas a Receber	2.907	1.713	(4)	1.709
Moeda Estrangeira	1.248	34	(2)	32
Mercado Interfinanceiro	2	2	-	2
Prefixados	497	538	(1)	537
Pós-Fixados	424	424	(1)	423
Índices	5	5	-	5
Títulos	717	708	-	708
Commodities	7	2	-	2
Outros	7	-	-	-
Obrigações por Venda a Entregar	4.996	(1.027)	2	(1.025)
Moeda Estrangeira	4.942	(192)	-	(192)
Prefixados	-	(396)	-	(396)
Pós-Fixados	-	(424)	1	(423)
Commodities	54	(15)	1	(14)
Derivativos de Crédito	7.177	496	178	674
Posição Ativa	3.120	690	87	777
Moeda Estrangeira	114	-	1	1
Prefixados	2.118	690	53	743
Pós-Fixados	217	-	27	27
Títulos	664	-	6	6
Outros	7	-	-	-
Posição Passiva	4.057	(194)	91	(103)
Moeda Estrangeira	113	-	(1)	(1)
Prefixados	3.282	(106)	10	(96)
Pós-Fixados	-	(88)	88	-
Títulos	655	-	(6)	(6)
Outros	7	-	-	-
Operações de Forwards	34.763	(32)	41	9
Posição Ativa	17.964	321	33	354
Moeda Estrangeira	17.328	314	33	347
Mercado Interfinanceiro	18	-	-	-
Pós-Fixados	365	6	-	6
Índices	12	1	-	1
Outros	241	-	-	-
Posição Passiva	16.799	(353)	8	(345)
Moeda Estrangeira	16.719	(352)	8	(344)
Mercado Interfinanceiro	13	-	-	-
Pós-Fixados	67	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	134	-	(2)	(2)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	67	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	67	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	67	-	(2)	(2)
Mercado Interfinanceiro	67	-	(2)	(2)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	67	-	3	3
Posição Ativa	67	-	3	3
Moeda Estrangeira	67	-	3	3
Posição Passiva	494	(74)	(1)	(85)
Moeda Estrangeira	356	(74)	(11)	(85)
Títulos	138	-	-	-
	ATIVO	7.946	896	8.842
	PASSIVO	(6.276)	(1.271)	(7.547)
	TOTAL	1.670	(375)	1.295
Ativo - Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12		2.922	329	3.251
Passivo - Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12		(2.308)	(467)	(2.775)
TOTAL		614	(138)	476
Empresas Industriais Ativo		7	13	20
Empresas Industriais Passivo		(3)	(1)	(4)
ATIVO		2.929	342	3.271
PASSIVO		(2.311)	(468)	(2.779)
TOTAL		618	(126)	492

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/03/2012
Futuros	51.663	123.818	77.974	85.606	339.061
Swaps	3.756	28.601	14.212	46.966	93.535
Opções	92.434	292.210	397.274	18.999	800.917
Termo	4.989	7.405	2.663	3.024	18.081
Derivativos de Crédito	235	2.045	946	3.951	7.177
Forwards	7.808	16.300	7.470	3.185	34.763
Swaps com Verificação	-	-	-	67	67
Verificação de Swap	-	-	-	67	67
Outros	70	458	768	2.689	3.985

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Compensação	Valor Referencial			
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos a Termo	17.248	1.092		(31)	1.061
Compras a Receber	8.702	921		(62)	859
Moeda Estrangeira	7.883	623		(62)	561
Mercado Interfinanceiro	520	-		-	-
Prefixados	-	35		-	35
Pós-Fixados	262	262		-	262
Commodities	37	1		-	1
Obrigações por Compra a Pagar	1.351	(324)		(9)	(333)
Moeda Estrangeira	1.218	(43)		(8)	(51)
Pós-Fixados	-	(262)		-	(262)
Commodities	131	(19)		(1)	(20)
Outros	2	-		-	-
Vendas a Receber	2.230	1.013		7	1.020
Moeda Estrangeira	1.181	24		9	33
Mercado Interfinanceiro	48	1		-	1
Prefixados	148	148		(1)	147
Pós-Fixados	110	110		-	110
Títulos	731	726		(1)	725
Commodities	12	4		-	4
Obrigações por Venda a Entregar	4.965	(518)		33	(485)
Moeda Estrangeira	4.905	(342)		32	(310)
Prefixados	-	(54)		-	(54)
Pós-Fixados	-	(110)		-	(110)
Commodities	60	(12)		1	(11)
Derivativos de Crédito	7.194	153		136	289
Posição Ativa	3.659	242		157	399
Moeda Estrangeira	117	-		1	1
Prefixados	1.820	226		134	360
Pós-Fixados	-	5		11	16
Índices	-	11		(1)	10
Títulos	1.721	-		12	12
Outros	1	-		-	-
Posição Passiva	3.535	(89)		(21)	(110)
Moeda Estrangeira	117	-		(1)	(1)
Prefixados	2.900	(89)		(8)	(97)
Títulos	517	-		(12)	(12)
Outros	1	-		-	-
Operações de Forwards	31.285	69		56	125
Posição Ativa	16.257	421		30	451
Moeda Estrangeira	15.862	415		30	445
Mercado Interfinanceiro	19	-		-	-
Pós-Fixados	376	6		-	6
Posição Passiva	15.028	(352)		26	(326)
Moeda Estrangeira	14.946	(348)		26	(322)
Mercado Interfinanceiro	13	-		-	-
Pós-Fixados	69	(1)		-	(1)
Índices	-	(1)		-	(1)
Títulos	-	(2)		-	(2)
Swap com Verificação	102	-		(2)	(2)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	51	-		-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	51	-		(2)	(2)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	53	-		4	4
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.894	695		20	715
Posição Ativa	4.640	769		33	802
Moeda Estrangeira	608	55		31	86
Prefixados	973	521		-	521
Títulos	3.054	193		2	195
Outros	5	-		-	-
Posição Passiva	254	(74)		(13)	(87)
Moeda Estrangeira	118	(74)		(11)	(85)
Títulos	75	-		-	-
Outros	61	-		(2)	(2)
	ATIVO	8.175		579	8.754
	PASSIVO	(5.443)		(1.304)	(6.747)
	TOTAL	2.732		(725)	2.007
Ativo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		3.010		214	3.224
Passivo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		(2.004)		(480)	(2.484)
TOTAL		1.006		(266)	740
Empresas Industriais Ativo		7		9	16
Empresas Industriais Passivo		(3)		1	(2)
ATIVO		3.017		223	3.240
PASSIVO		(2.007)		(479)	(2.486)
TOTAL		1.010		(256)	754
Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:					
Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011
Futuros	75.850	67.789	36.072	89.095	268.806
Swaps	9.939	16.691	19.679	46.342	92.651
Opções	846.277	58.377	176.965	26.898	1.108.517
Termo	3.393	7.970	3.626	2.259	17.248
Derivativos de Crédito	88	1.902	1.025	4.179	7.194
Forwards	6.636	14.066	6.899	3.684	31.285
Swaps com Verificação	-	-	-	51	51
Verificação de Swap	-	-	-	53	53
Outros	112	1.372	760	2.650	4.894

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/03/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Prêmios de Opções	1.373	15,5	223	214	542	311	74	9
BM&F Bovespa	851	9,6	130	81	448	163	29	-
Instituições Financeiras	286	3,2	63	82	65	51	20	5
Empresas	236	2,7	30	51	29	97	25	4
Operações a Termo	3.344	37,8	1.020	721	169	77	136	1.221
BM&F Bovespa	717	8,1	137	574	6	-	-	-
Instituições Financeiras	821	9,3	805	-	-	16	-	-
Empresas	1.806	20,4	78	147	163	61	136	1.221
Swaps - Ajuste a Receber	2.662	30,2	66	157	504	247	612	1.076
BM&F Bovespa	358	4,0	21	8	58	21	48	202
Instituições Financeiras	315	3,6	2	65	46	66	58	78
Empresas	1.984	22,5	42	83	400	160	503	796
Pessoas Físicas	5	0,1	1	1	-	-	3	-
Derivativos de Crédito	777	8,7	27	308	202	3	33	204
Instituições Financeiras	561	6,3	27	308	202	2	1	21
Empresas	216	2,4	-	-	-	1	32	183
Forwards	354	4,1	64	100	54	66	31	39
Instituições Financeiras	199	2,3	45	68	34	25	7	20
Empresas	155	1,8	19	32	20	41	24	19
Swaps com Verificação - Empresas	3	0,0	-	-	-	-	1	2
Verificação de Swap	3	0,0	-	-	-	-	1	2
Empresas	3	0,0	-	-	-	-	1	2
Outros	329	3,7	102	10	1	9	64	143
BM&F Bovespa	98	1,1	98	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	193	2,2	-	9	-	4	64	116
Empresas	38	0,4	4	1	1	5	-	27
Total (*)	8.842	100,0	1.502	1.510	1.472	712	951	2.694
% por prazo de vencimento			17,0%	17,1%	16,6%	8,1%	10,8%	30,5%
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12	3.251	37	552	555	541	262	350	991
Empresas Industriais	20	-	-	-	-	-	20	-
TOTAL	3.271	37	552	555	541	262	370	991

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 5.197 referem-se ao circulante e R\$ 3.645 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720
ATIVO								
Futuros	26	0	1	51	5	(1)	(3)	(27)
BM&F Bovespa	31	0	1	57	5	(1)	(4)	(27)
Instituições Financeiras	(4)	-	-	(2)	-	(2)	-	-
Empresas	(1)	-	-	(4)	-	2	1	-
Prêmios de Opções	2.443	27,9	1.252	182	223	660	113	13
BM&F Bovespa	1.689	19,3	1.162	11	35	471	10	-
Instituições Financeiras	286	3,3	45	67	59	87	27	1
Empresas	468	5,3	45	104	129	102	76	12
Operações a Termo	1.879	21,3	644	384	156	209	146	340
BM&F Bovespa	727	8,3	461	219	47	-	-	-
Instituições Financeiras	80	0,9	74	-	1	2	3	-
Empresas	1.072	12,1	109	165	108	207	143	340
Swaps - Ajuste a Receber	2.750	31,4	230	351	168	502	534	965
BM&F Bovespa	332	3,8	13	25	31	61	22	180
Instituições Financeiras	259	3,0	29	63	13	28	49	77
Empresas	2.155	24,6	187	262	122	413	463	708
Pessoas Físicas	4	-	1	1	2	-	-	-
Derivativos de Crédito	399	4,6	-	15	17	6	52	309
Instituições Financeiras	95	1,1	-	15	17	2	2	59
Empresas	304	3,5	-	-	-	4	50	250
Forwards	451	5,2	96	101	73	67	44	70
Instituições Financeiras	279	3,2	83	73	45	31	8	39
Empresas	172	2,0	13	28	28	36	36	31
Swaps com Verificação - Empresas	4	0,0	-	-	-	-	-	4
Outros	802	9,2	54	470	3	30	74	171
Instituições Financeiras	778	8,9	54	467	1	11	74	171
Empresas	24	0,3	-	3	2	19	-	-
Total (*)	8.754	100,0	2.277	1.554	645	1.473	960	1.845
% por prazo de vencimento			26,0%	17,8%	7,4%	16,8%	11,0%	21,1%
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	3.224	37	838	572	238	542	353	679
Empresas Industriais	16	-	-	-	-	-	16	-
TOTAL	3.240	37	838	572	238	542	369	679

(*) Do total do valor justo da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 2.191 referem-se ao circulante e R\$ 1.049 ao não circulante.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012							
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Futuros	(25)	0,3	(1)	6	50	(48)	(11)	(21)
BM&F Bovespa	(16)	0,2	(2)	20	10	(13)	(9)	(22)
Instituições Financeiras	(9)	0,1	1	(14)	40	(35)	(2)	1
Prêmios de Opções	(1.567)	20,7	(252)	(184)	(653)	(378)	(91)	(9)
BM&F Bovespa	(1.045)	13,8	(214)	(56)	(522)	(205)	(48)	-
Instituições Financeiras	(391)	5,2	(37)	(101)	(101)	(127)	(21)	(4)
Empresas	(131)	1,7	(1)	(27)	(30)	(46)	(22)	(5)
Operações a Termo	(2.494)	33,0	(896)	(102)	(93)	(68)	(114)	(1.221)
BM&F Bovespa	(2)	0,0	(2)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(824)	10,9	(824)	-	-	-	-	-
Empresas	(1.668)	22,1	(70)	(102)	(93)	(68)	(114)	(1.221)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.926)	38,8	(58)	(133)	(541)	(247)	(608)	(1.339)
BM&F Bovespa	(644)	8,5	(16)	(9)	(127)	(22)	(187)	(283)
Instituições Financeiras	(597)	7,9	(7)	(52)	(74)	(109)	(90)	(265)
Empresas	(1.627)	21,6	(34)	(61)	(312)	(104)	(326)	(790)
Pessoas Físicas	(58)	0,8	(1)	(11)	(28)	(12)	(5)	(1)
Derivativos de Crédito	(103)	1,4	-	-	(9)	(3)	(3)	(88)
Instituições Financeiras	(98)	1,3	-	-	(8)	(1)	(2)	(87)
Empresas	(5)	0,1	-	-	(1)	(2)	(1)	(1)
Forwards	(345)	4,6	(47)	(89)	(55)	(85)	(61)	(8)
Instituições Financeiras	(288)	3,8	(33)	(77)	(43)	(70)	(58)	(7)
Empresas	(57)	0,8	(14)	(12)	(12)	(15)	(3)	(1)
Pessoas Físicas	-	0,0	-	-	-	-	-	-
Swaps com Verificação - Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Swaps	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(85)	1,2	-	(1)	-	(2)	(76)	(6)
Instituições Financeiras	(81)	1,1	-	-	-	-	(75)	(6)
Empresas	(4)	0,1	-	(1)	-	(2)	(1)	-
Total (*)	(7.547)	100,0	(1.254)	(503)	(1.301)	(831)	(964)	(2.694)
% por prazo de vencimento			16,60%	6,7%	17,2%	11,0%	12,8%	35,7%
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12	(2.775)		(461)	(185)	(478)	(306)	(354)	(991)
Outras Empresas	(4)		-	-	-	-	(4)	-
TOTAL	(2.779)		(461)	(185)	(478)	(306)	(358)	(991)

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (3.889) referem-se ao circulante e R\$ (3.658) ao não circulante.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.606)	38,6	(1.205)	(289)	(235)	(712)	(153)	(12)
BM&F Bovespa	(1.768)	26,2	(1.114)	(87)	(20)	(484)	(63)	-
Instituições Financeiras	(687)	10,2	(86)	(185)	(180)	(162)	(63)	(11)
Empresas	(151)	2,2	(5)	(17)	(35)	(66)	(27)	(1)
Operações a Termo	(818)	12,1	(42)	(92)	(194)	(56)	(99)	(335)
Instituições Financeiras	(67)	1,0	(6)	(31)	(30)	-	-	-
Empresas	(751)	11,1	(36)	(61)	(164)	(56)	(99)	(335)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.798)	41,5	(211)	(177)	(116)	(534)	(497)	(1.263)
BM&F Bovespa	(518)	7,7	(6)	(11)	(24)	(131)	(102)	(244)
Instituições Financeiras	(682)	10,1	(134)	(75)	(13)	(41)	(110)	(309)
Empresas	(1.557)	23,1	(70)	(89)	(73)	(342)	(274)	(709)
Pessoas Físicas	(41)	0,6	(1)	(2)	(6)	(20)	(11)	(1)
Derivativos de Crédito	(110)	1,7	-	(5)	(9)	(7)	(8)	(81)
Instituições Financeiras	(106)	1,6	-	(5)	(9)	(5)	(7)	(80)
Empresas	(4)	0,1	-	-	-	(2)	(1)	(1)
Forwards	(326)	4,8	(68)	(67)	(61)	(49)	(47)	(34)
Instituições Financeiras	(246)	3,6	(55)	(51)	(40)	(33)	(38)	(29)
Empresas	(80)	1,2	(13)	(16)	(21)	(16)	(9)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(87)	1,3	-	-	-	(6)	(81)	-
Instituições Financeiras	(80)	1,2	-	-	-	-	(80)	-
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	(6)	(1)	-
Total (*)	(6.747)	100,0	(1.526)	(630)	(615)	(1.364)	(885)	(1.727)
% por prazo de vencimento			22,60%	9,3%	9,1%	20,2%	13,1%	25,6%
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	(2.484)		(562)	(232)	(226)	(502)	(326)	(636)
Outras Empresas	(2)	-	-	-	-	-	(2)	-
TOTAL	(2.486)	-	(562)	(232)	(226)	(502)	(328)	(636)

(*) Do total do valor justo da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (1.523) referem-se ao circulante e R\$ (964) ao não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Swap	13	294
Termo	14	70
Futuro	(127)	72
Opções	394	240
Derivativos de Crédito	57	35
Outros	(192)	(521)
Total	159	190
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,53% em Mar/11	58	69
TOTAL	58	69

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos públicos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que a ITAÚSA e suas controladas são vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a ITAÚSA e suas controladas não tinham contratos em aberto referentes a proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/03/2012						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	4.057	1.429	1.361	839	428	(94)
TRS	-	-	-	-	-	(9)
Total por Instrumento	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12	1.492	525	500	308	157	(38)
TOTAL	1.492	525	500	308	157	(38)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Total por Risco	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12	1.492	525	500	308	157	(38)
TOTAL	1.492	525	500	308	157	(38)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Total por Entidade	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12	1.492	525	500	308	157	(38)
TOTAL	1.492	525	500	308	157	(38)
31/12/2011						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.526	1.290	1.106	990	140	(101)
TRS	9	-	-	9	-	(9)
Total por Instrumento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Risco	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Entidade	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.302	475	407	368	52	(41)
TOTAL	1.302	475	407	368	52	(41)

A ITAÚSA e suas controladas avaliam o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). A ITAÚSA e suas controladas, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, a ITAÚSA e suas controladas não incorreram em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *nominal* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(4.057)	1.949	(2.108)
TRS	-	1.171	1.171
Total	(4.057)	3.120	(937)
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12	(1.492)	1.147	(345)
TOTAL	(1.492)	1.147	(345)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.526)	2.471	(1.055)
TRS	(9)	1.188	1.179
Total	(3.535)	3.659	124
Participação Itaúsa - 36,82 em Dez/11	(1.302)	1.347	46
TOTAL	(1.302)	1.347	46

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificada como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza: (i) contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados, denominados em reais, e (ii) swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2012 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração do resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior da ITAÚSA e de suas controladas consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, ativos financeiros e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF e ativos financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL e o Dólar.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o Dollar Offset Method. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, sendo que o vencimento dos instrumentos de hedge ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais e apresentam a **posição total** mantida pela controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding:

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	31/03/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(446)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(1)	(282)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1
Swap de Taxa de Juros	(40)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(30)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(486)		(1)	(312)		1

(*) Em 31 março de 2012, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 281 (R\$ 167 em 31/12/2011).

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	31/03/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(687)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	65	(890)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	42
Forward	55	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	18	130	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	19
NDF (2)	193	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2	335	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2
Ativos Financeiros	(3)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(10)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(442)		85	(435)		63

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DI) e um vencimento posterior.

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

As tabelas abaixo apresentam para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto de *Hedge* em 31/03/2012:

Estratégias	31/03/2012			31/12/2011		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de Hedge		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de depósitos e operações compromissadas	56.462	1	41.152	19.113	(4)	19.083
<i>Hedge</i> de ações preferenciais resgatáveis	716	(40)	716	737	(37)	737
<i>Hedge</i> de CDB subordinado	87	-	121	87	-	118
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações no Exterior (*)	6.757	19	4.054	6.886	31	4.131

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 40%, referente impostos.

Prazo de vencimento	Estratégias				Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações no Exterior	
2012	38.904	-	-	6.757	45.661
2013	11.398	-	-	-	11.398
2014	5.392	-	87	-	5.479
2015	-	716	-	-	716
2016	-	-	-	-	-
2017	768	-	-	-	768
Total	56.462	716	87	6.757	64.022

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012				31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	751	4	-	755	802	4	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	12.451	248	(4)	12.695	12.296	183	(55)	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	8.524	336	(4)	8.856	5.667	240	(1)	5.906
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	5.825	6	(23)	5.808	4.327	5	(15)	4.317
Estados Unidos	241	-	-	241	-	-	-	-
México	-	-	-	-	10	1	-	11
Dinamarca	1.790	-	-	1.790	1.949	-	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	418	-	-	418
Coréia	1.640	-	-	1.640	295	-	-	295
Chile	1.592	4	(3)	1.593	992	4	(1)	995
Paraguai	349	-	(20)	329	358	-	(14)	344
Uruguai	162	2	-	164	268	-	-	268
Outros	51	-	-	51	37	-	-	37
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	25.952	1.177	(238)	26.891	23.174	1.699	(816)	24.057
Ações Negociáveis	3.367	714	(169)	3.912	3.458	698	(178)	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	8.182	253	(37)	8.398	7.806	707	(499)	8.014
Certificado de Depósito Bancário	300	-	-	300	274	-	-	274
Debêntures	8.366	55	(24)	8.397	7.165	139	(68)	7.236
Euro Bonds e Assembledados	4.119	155	(8)	4.266	3.554	152	(68)	3.638
Notas Promissórias	494	-	-	494	646	-	-	646
Letras Financeiras	773	-	-	773	-	-	-	-
Outros	351	-	-	351	271	3	(3)	271
TOTAL	53.503	1.771	(269)	55.005	46.266	2.131	(887)	47.510
Participação Itaúsa - 36,77% em mar/12 e 36,82 em dez/11	19.673	651	(99)	20.225	17.036	785	(327)	17.494
Empresas Industriais	377	18	-	395	270	41	-	311
TOTAL	20.050	669	(99)	20.620	17.306	826	(327)	17.805

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/03/2012 eram: a) R\$ 6.663 (R\$ 2.208 em 31/12/2011), b) R\$ 6.669 (3.880 em 31/12/2011), c) R\$ 5 (R\$ 12 em 31/12/2011) e d) R\$ 1.898 (R\$ 2.355 em 31/12/2011), totalizando R\$ 15.235 (15.235 (R\$ 8.455 em 31/12/11), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 2.450 (R\$ 812 em 31/12/2011), b) R\$ 2.452 (1.427 em 31/12/2011), c) R\$ 2 (R\$ 4 em 31/12/2011) e d) R\$ 698 (R\$ 866 em 31/12/2011), totalizando R\$ 5.802 (15.235 (R\$ 3.109 em 31/12/11).

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/03/2012	31/03/2011
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos	262	217
Perdas	(45)	(33)
Total	217	184
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,53% em Mar/11	80	67
Total	80	67

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	19.326	20.027	13.239	13.904
Sem Vencimento	4.112	4.663	4.257	4.779
Até um ano	15.214	15.364	8.982	9.125
Não Circulante	34.177	34.978	33.027	33.606
De um a cinco anos	17.389	17.720	16.875	17.042
De cinco a dez anos	10.812	10.669	9.792	9.655
Após dez anos	5.976	6.589	6.360	6.909
Total	53.503	55.005	46.266	47.510
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	19.673	20.225	17.036	17.494
Empresas Industriais	377	395	270	311
TOTAL	20.050	20.620	17.306	17.805

Durante o período findo em 31/03/2012 e 31/12/2011 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.805	2.812
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	108	196
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	97	97
Debêntures	31	30
Euro Bonds e Assemelhados	64	65
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2	2
Total	3.010	3.105
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	1.108	1.144
TOTAL	1.108	1.144

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/03/2012 eram: a) R\$ 104 (R\$ 189 em 31/12/11) e b) R\$ 39, (R\$ 41 em 31/12/2011), totalizando R\$ 143 (R\$ 230 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 38 (R\$ 70 em 31/12/11) e b) R\$ 14, (R\$ 15 em 31/12/2011), totalizando R\$ 53 (R\$ 85 em 31/12/2011).

O resultado com os Ativos Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 77 (R\$ 117 de 01/01 a 31/03/2011) refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: R\$ 28 (R\$ 43 de 01/01 a 31/03/2011).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	34	120
Até um ano	34	120
Não Circulante	2.976	2.985
De um a cinco anos	232	242
De cinco a dez anos	1.103	1.077
Após dez anos	1.641	1.666
Total	3.010	3.105
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	1.108	1.144
TOTAL	1.108	1.144

Durante o período findo em 31/03/2012 e de 31/12/2011 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO- ITAÚ UNIBANCO HOLDING

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/03/2012	31/12/2011
Pessoas Físicas	148.266	148.127
Cartão de Crédito	36.574	38.961
Crédito Pessoal	37.590	35.253
Veículos	59.511	60.463
Crédito Imobiliário	14.591	13.450
Grandes Empresas	94.296	93.229
Micro/Pequenas e Médias Empresas	85.404	85.649
Unidades Externas América Latina	20.311	19.259
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	348.277	346.264
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.085)	(23.873)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	324.192	322.391
Participação Itaúsa	36,77%	36,82%
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	128.059	127.501
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.856)	(8.791)
Total Participação Itaúsa	119.203	118.710
Por setor do devedor	31/03/2012	31/12/2011
Setor Público	1.644	1.990
Indústria e Comércio	99.962	99.859
Serviços	72.456	70.642
Setor Primário	16.165	16.109
Outros Setores	881	1.497
Pessoa Física	157.169	156.167
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	348.277	346.264
Participação da Itaúsa	36,77%	36,82%
	128.059	127.501
Por vencimento	31/03/2012	31/12/2011
Vencidas a partir de 1 dia	5.479	5.479
A vencer até 3 meses	35.919	35.146
A vencer de 3 a 12 meses	31.295	31.460
A vencer acima de um ano	55.366	55.416
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	128.059	127.501
Por Concentração	31/03/2012	31/12/2011
Principal Devedor	925	858
10 Maiores Devedores	5.025	5.013
20 Maiores Devedores	7.817	7.955
50 Maiores Devedores	12.935	13.073
100 Maiores Devedores	17.866	17.778

O acréscimo do valor presente líquido das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva provisão para crédito de liquidação duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da receita de juros e rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 233 e R\$ 197 de receita de juros e rendimentos em 31/03/2012 e 31/12/2011, respectivamente, com igual impacto na despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

ITAU UNIBANCO HOLDING							
Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final/Inicial	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final
	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011		31/12/2011	01/01 a 31/03/2012		31/03/2012
Pessoas Físicas	10.619	(8.631)	11.641	13.629	(2.839)	3.147	13.937
Cartão de Crédito	3.306	(3.558)	4.077	3.825	(1.233)	832	3.424
Crédito Pessoal	3.492	(2.959)	4.810	5.343	(1.111)	1.452	5.684
Veículos	3.709	(2.041)	2.747	4.415	(485)	855	4.785
Crédito Imobiliário	112	(73)	7	46	(10)	8	44
Grandes Empresas	1.071	(294)	(19)	758	(80)	123	801
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(7.001)	8.157	9.197	(2.884)	2.748	9.061
Unidades Externas e América Latina	263	(233)	259	289	(48)	45	286
Total	19.994	(16.159)	20.038	23.873	(5.851)	6.063	24.085
Participação Itaúsa							
	36,57%			36,82%			36,77%
	7.312			8.791			8.856

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes.

Por Setor do Devedor	31/03/2012	31/12/2011
Setor Público	4	1
Indústria e Comércio	6.081	6.266
Serviços	3.539	3.476
Setor Primário	279	273
Outros Setores	32	32
Pessoa Física	14.150	13.825
Total	24.085	23.873
	36,77%	36,82%
Participação Itaúsa	8.856	8.791

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4.g. VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012						31/12/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	1.214	465	93.082	336	94.296	801	1.033	430	92.196	328	93.229	758
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	11.363	6.950	136.903	6.987	148.266	13.937	10.986	6.738	137.141	6.891	148.127	13.629
Cartão de Crédito	2.719	1.671	33.855	1.753	36.574	3.424	3.083	1.918	35.878	1.907	38.961	3.825
Crédito Pessoal	3.564	2.141	34.026	3.543	37.590	5.684	3.455	2.087	31.798	3.256	35.253	5.343
Veículos	4.947	3.114	54.564	1.671	59.511	4.785	4.329	2.707	56.134	1.708	60.463	4.415
Crédito Imobiliário	133	24	14.458	20	14.591	44	119	26	13.331	20	13.450	46
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.899	4.840	78.505	4.221	85.404	9.061	6.770	4.808	78.879	4.389	85.649	9.197
Unidades Externas América Latina	72	33	20.239	253	20.311	286	63	36	19.196	253	19.259	289
Total	19.548	12.288	328.729	11.797	348.277	24.085	18.852	12.012	327.412	11.861	346.264	23.873
Participação Itaúsa												
			36,77%						36,82%			
	7.188	4.518	120.871	4.338	128.059	8.856	6.942	4.423	120.559	4.367	127.501	8.791

(*) Conforme detalhamento na nota 2.4.g. VIII, os créditos de grandes empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para grandes empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	13.773	(1.135)	12.638
Até 1 ano	13.773	(1.135)	12.638
Não Circulante	16.216	(4.640)	11.576
Entre 1 e 5 anos	15.935	(4.583)	11.352
Acima de 5 anos	281	(57)	224
Total	29.989	(5.775)	24.214
Participação Itaúsa		36,77%	
	11.027	(2.123)	8.903

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	15.244	(1.172)	14.072
Até 1 ano	15.244	(1.172)	14.072
Não Circulante	18.133	(5.361)	12.772
Entre 1 e 5 anos	17.901	(5.310)	12.591
Acima de 5 anos	232	(51)	181
Total	33.377	(6.533)	26.844
Participação Itaúsa		36,82%	
	12.290	(2.406)	9.884

Os valores da Provisão para Créditos e Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 724 em 31/03/2012 (R\$ 744 em 31/12/2011), já considerada a participação da Itaúsa.

d) Operações de Vendas ou Transferências de Ativos Financeiros

Em 31/03/2012 o montante das operações de vendas ou transferências de ativos financeiros onde a entidade reteve os riscos e benefícios em que os ativos financeiros objetos de cessão permaneceram registrados como operações de crédito é de R\$ 191.374, essas operações são compostas por operações de Crédito Imobiliário de R\$ 180.664 e Capital de Giro de R\$ 10.710. O valor recebido registrado na rubrica de Recursos de Mercados Interbancários como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 191.416, sendo Crédito Imobiliário R\$ 180.646 e Capital de Giro R\$ 10.770.

NOTA 12 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA**a) Arrendamento Mercantil Financeiro**

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 106 (R\$ 125 em 31/12/2011).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
Circulante	205	220
Até 1 ano	205	220
Não Circulante	83	120
De 1 a 5 Anos	83	120
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	288	340
Juros Futuro	-	1
Valor Presente	288	339
	36,77%	36,82%
Participação Itaúsa	106	125

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano, eram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
Circulante	682	882
Até 1 ano	682	882
Não Circulante	3.312	3.132
De 1 a 5 anos	2.651	2.537
Mais de 5 anos	661	595
Total de Pagamento Mínimos Futuros	3.994	4.014
	36,77%	36,82%
Participação Itaúsa	1.469	1.478

NOTA 13 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	31/03/2012	31/12/2011
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	428	397
Produtos Acabados	294	259
Produtos em elaboração	81	74
Almoxarifado Geral	76	77
Adiantamento a Fornecedores	13	20
Provisão para perdas nos estoques	(56)	(58)
Outros	14	2
Total	850	771

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas e Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas e controladas em conjunto, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

E m p r e s a s	Saldos em 31/12/2011	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação em Controladas	Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Hedge de Fluxo de Caixa	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 31/03/2012	Valor de Mercado (2)
Itaú Unibanco Holding S.A.	14.810	(896)	1.027	48	(5)	4	(22)	6	14.972	58.170
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	11.896	(40)	184	42	(5)	4	(20)	5	12.066	-
Duratex S.A.	1.299	-	30	-	-	1	-	1	1.331	2.195
Elekeiroz S.A.	460	-	1	-	-	-	-	-	461	289
Itautec S.A.	388	-	12	1	-	-	-	-	401	493
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100	-	-	-	-	-	-	-	100	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	43	-	(1)	-	-	-	-	-	42	-
TOTAL GERAL	28.996	(936)	1.253	91	(10)	9	(42)	12	29.373	

(1) Em outros ativos, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Valor justo dos investimentos em coligadas e controladas com base nas cotações de ações das empresas.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	74.966	3.479	885.142.980	77.193	36,77%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	18.136	276	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Duratex S.A.	1.550	3.778	86	194.070.169	-	35,40%	35,40%
Elekeiroz S.A.	320	477	-	14.261.761	16.117.360 96,4	9%	98,23%
Itautec S.A.	280	551	12	10.953.371	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	48	100	-	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	66	42	-	35.000.000	-	100,00%	100,00%

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	% de participação em 31/03/2012		31/03/2012					31/12/2011				31/03/2011	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a) (b)	42,93	42,93	2.753	73	2.036	23	1.978	2.681	415	2.014	2.094	109	38
Banco BPI S.A. (a) (c) (d)	19,01	19,01	1.185	(368)	225	(69)	225	1.151	(1.880)	219	219	95	18
Serasa S.A. (a) (e)	16,14	16,14	1.036	21	253	5	1.255	1.119	310	273	1.161	28	7
Outros (f)	-	-	-	-	39	1	-	-	-	38	-	-	2
Total - Itaú Unibanco	-	-	-	-	2.553	(40)	-	-	-	2.544	-	232	65
Participação Itaúsa					939	(15)				937			24
Outros Investimentos (c)					1	36			1				62
Total					940	21				938			86

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada a posição de 29/02/2012, conforme o IAS 27;

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 854 em 31 de março de 2012 e R\$ 862 em 31 de dezembro de 2011, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento;

(c) Em 31/03/2012 foi reconhecida uma redução ao valor recuperável deste investimento de R\$ 353;

(d) Investimento tratado por equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pelos membros da administração na gestão dos negócios;

(e) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detém 24% no capital votante da Serasa S.A.;

(f) Em 31/03/2012, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (30,06% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante); Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

ITAÚSA CONSOLIDADO	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2011
Total de ativos (*)	107.641	107.783	-
Total de passivos (*)	102.667	102.831	-
Total de receitas (*)	2.486	-	1.710
Total de despesas (*)	(2.760)	-	(1.478)

(*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de R\$ 103.529 (R\$ 103.696 em 31/12/2011) referente a Ativos, de R\$ 102.344 (R\$ 102.544 em 31/12/2011) referente a Passivos, de R\$ 2.392 (R\$ 1.573 em 31/03/2011) referente a Receitas e de R\$ 2.760 (R\$ 1.478 em 31/03/2011) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente

ITAÚSA	31/03/2012	31/12/2011
Total de ativos	855.897	846.083
Total de passivos	756.655	748.016
Total de receitas	40.633	142.552
Total de despesas	(36.778)	(125.158)

NOTA 15 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2011			Movimentações				Saldo em 31/03/12		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO (2)	-	3.152	(1.133)	2.019	50	(63)	(40)	(6)	3.133	(1.173)	1.960
Terrenos	-	1.056	-	1.056	16	(61)	-	(6)	1.005	-	1.005
Edificações	4	1.638	(909)	729	13	(2)	(16)	(4)	1.645	(925)	720
Benfeitorias	10	458	(224)	234	21	-	(24)	4	483	(248)	235
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	6.153	(3.087)	3.066	197	(7)	(140)	(9)	6.334	(3.227)	3.107
Instalações de Uso	5 a 20	773	(450)	323	16	-	(14)	15	804	(464)	340
q Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	2.807	(1.166)	1.641	28	(19)	(51)	7	2.823	(1.217)	1.606
Sistema Processamento de Dados (3)	20 a 50	1.868	(1.253)	615	76	(1)	(67)	1	1.944	(1.320)	624
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	705	(218)	487	77	13	(8)	(32)	763	(226)	537
TOTAL IMOBILIZADO		9.305	(4.220)	5.085	247	(70)	(180)	(15)	9.467	(4.400)	5.067

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado;

(2) Inclui o valor de R\$ 1 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 48, sendo de Imóveis de Uso R\$ 29, Benfeitorias R\$ 11 e Equipamentos R\$ 7;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 16 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de março de 2012, a Duraflora S.A. possuía aproximadamente 139 mil hectares em áreas de efetivo plantio (138 mil hectares em 31/12/2011) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2012	31/12/2011
Custo de formação dos ativos biológicos	534	519
Diferencial entre o custo e o valor justo	573	575
Valor justo dos ativos biológicos	1.107	1.094

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/03/2012	31/12/2011
Saldo inicial	1.094	1.030
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	33	154
Exaustão	(35)	(138)
Variação do Valor Histórico		
Formação	24	98
Exaustão	(9)	(57)
Aquisição	-	7
Saldo final	1.107	1.094

	31/03/2012	31/12/2011
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(2)	16
Variação do Valor Justo	33	154
Exaustão do Valor Justo	(35)	(138)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos maiores preços a valor presente da madeira em pé, bem como de sua maior produtividade.

NOTA 17 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2011			Movimentações					31/03/2012		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução ao Valor Recuperável (1)	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	0%	607	(330)	277	27	-	(34)	-	-	634	(364)	270
Outros Ativos Intangíveis (*)		3.408	(673)	2.735	96	-	(80)	-	2	3.506	(753)	2.753
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	0%	516	(41)	475	-	-	(12)	-	3	519	(53)	466
Gastos com Aquisição de Software	20%	859	(330)	529	96	-	(25)	-	3	958	(355)	603
Marcas e Patentes	0 a 50%	85	(8)	77	-	-	(1)	-	-	85	(9)	76
Ágio por Rentabilidade Futura	0%	687	-	687	-	-	-	-	-	687	-	687
Carteira de Clientes	6 a 50%	1.016	(224)	792	-	-	(34)	-	-	1.016	(258)	758
Outros Ativos Intangíveis	10 a 20%	245	(70)	175	-	-	(8)	-	(4)	241	(78)	163
INTANGÍVEL		4.015	(1.003)	3.012	123	-	(114)	-	2	4.140	(1.117)	3.023

(1) Nota 2.4.1;

(2) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAÚSA o total de intangíveis refere-se ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição, conforme apresentado na Nota 27.

NOTA 18 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	124.389	80.053	204.442	130.523	83.181	213.704
Depósitos a Prazo	47.845	79.540	127.385	61.560	82.909	144.469
Depósitos Interfinanceiros	8.056	513	8.569	1.793	272	2.065
Depósitos de Poupança	68.488	-	68.488	67.170	-	67.170
Depósitos não Remunerados	26.903	-	26.903	28.932	-	28.932
Depósitos a Vista	26.903	-	26.903	28.932	-	28.932
Total	151.292	80.053	231.345	159.455	83.181	242.636
		36,77%			36,82%	
Participação Itaúsa	55.629	29.435	85.064	58.714	30.629	89.343
Eliminações	(17)	-	(17)	(17)	-	(17)
TOTAL	55.612	29.435	85.047	58.697	30.629	89.326

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

ITAU UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Notas Estruturadas	736	2.815
Total	736	2.815
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	271	1.037
TOTAL	271	1.037

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 764 (R\$ 545 em 31/12/2011).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/03/2012 e 31/12/2011.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 150 (R\$ 613 em 31/12/2011) e títulos de dívida no montante de R\$ 120 (R\$ 115 em 31/12/2011). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação são os seguintes:

ITAU UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante	121	1.803
Até um ano	121	1.803
Não Circulante	615	1.012
De um a cinco anos	566	909
De cinco a dez anos	34	88
Após dez anos	15	15
Total	736	2.815
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	271	1.037
TOTAL	271	1.037

NOTA 20 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	94.405	105.399	199.804	78.408	107.005	185.413
Interbancários	46.710	43.140	89.850	47.265	43.233	90.498
Letras Hipotecárias	44	193	237	37	207	244
Letras de Crédito Imobiliário	14.935	1.815	16.750	14.470	1.281	15.751
Letras de Crédito do Agronegócio	1.287	2.188	3.475	1.422	1.862	3.284
Letras Financeiras	3.916	12.940	16.856	2.544	11.764	14.308
Financiamento à Importação e à Exportação	15.232	2.368	17.600	17.755	3.697	21.452
Repasses no país	11.296	23.636	34.932	11.037	24.422	35.459
Participação Itaúsa		36,77%			36,82%	
Mercado Aberto	34.712	38.754	73.467	28.871	39.401	68.273
Mercados Interbancários	17.175	15.862	33.037	17.404	15.919	33.323

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	50% CDI a 16,68%	0,37% a 5,28%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100,00% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 112,75% CDI	-
Letra de Crédito do Agronegócio	20% a 95% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	0,20% a 105,25% CDI	0,86% a 11,75%
Repasses no país	0,50% a 10,50% TJLP	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos os passivos em transações nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO vende à vista, para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pela ITAÚSA CONSOLIDADO. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 50% CDI a 16,68%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Pela Controladora

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em junho de 2011 a Itaúsa efetuou o pagamento no valor de R\$ 416, referente amortização da primeira parcela.

c) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida subordinada (*)	13.459	32.242	45.701	10.719	28.996	39.715
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.065	-	1.065	1.039	-	1.039
Obrigações por TVM no Exterior	3.939	6.265	10.204	8.143	5.910	14.053
Total	18.463	38.507	56.970	19.901	34.906	54.807
		36,77%			36,82%	
Participação Itaúsa	6.790	14.159	20.948	7.328	12.853	20.180
Debêntures Itaúsa	420	350	770	401	350	751
Total	7.210	14.509	21.718	7.729	13.203	20.931

(*) Em 31/03/2012, R\$ 39.997 (R\$ 38.257 em 31/12/2011), com reflexo na Itaúsa Consolidado de R\$ 14.707 e R\$ 14.087, respectivamente, integram o Patrimônio Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.352, de 31/01/2008, do CNM.

Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida subordinada	CDI + 0,35% a IPCA + 7,80%	3,04% a 6,20%
Obrigações por emissão de debêntures	CDI + 0,35	-
Obrigações por TVM no exterior	1,40% a 9,50%	1,52% a 11,00%

NOTA 21 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	9.269	5.081	14.350	10.604	4.321	14.925
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	5.637	-	5.637	6.745	-	6.745
Operações de Seguros e Resseguros	1.297	-	1.297	1.322	-	1.322
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	378	4.624	5.002	957	3.915	4.872
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	248	-	248	221	-	221
Negociação e Intermediação de Valores	936	-	936	593	-	593
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31)	72	204	276	77	159	236
Serviços Prestados a Receber	628	-	628	463	-	463
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais (2)	-	253	253	-	247	247
Carteira de Câmbio	-	-	-	99	-	99
Operações sem Características de Concessão de Crédito	73	-	73	127	-	127
Não Financeiros	3.582	577	4.159	3.522	547	4.069
Despesas Antecipadas	805	577	1.382	868	547	1.415
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28(b) e (c))	825	-	825	735	-	735
Diversos no País	1.664	-	1.664	1.611	-	1.611
Diversos no Exterior	37	-	37	41	-	41
Outros	251	-	251	267	-	267

(1) Neste período não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado através da Resolução nº 25, de 16.6.67, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Mar/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros passivos

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	15.726	31	15.757	16.202	44	16.246
Operações com Cartões de Crédito	13.362	-	13.362	15.169	-	15.169
Carteira de Câmbio	100	-	100	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	2.000	-	2.000	922	-	922
Obrigações Leasing Financeiro	75	31	106	81	44	125
Recursos de Consorciados	30	-	30	30	-	30
Outros	159	-	159	-	-	-
Não Financeiros	12.004	257	12.261	10.015	252	10.267
Obrigações Empresas Industriais	2.562	-	2.562	2.498	-	2.498
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.147	-	2.147	320	-	320
Credores Diversos - País e Exterior	1.337	-	1.337	754	-	754
Recursos em Trânsito	1.445	-	1.445	1.420	-	1.420
Provisão para Pagamentos Diversos	762	218	980	768	210	978
Sociais e Estatutárias	1.350	13	1.363	1.488	31	1.519
Relativas a Operações de Seguros	326	-	326	341	-	341
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamentos	182	-	182	555	-	555
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 28 b e d)	110	15	125	127	11	138
Provisão de Pessoal	582	-	582	568	-	568
Provisão para Seguro Saúde	230	-	230	229	-	229
Rendas Antecipadas	257	-	257	266	-	266
Outros	714	11	725	681	-	681

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social é de R\$ 13.678, representado por 4.415.481.589 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.696.626.868 ordinárias e 2.718.854.721 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2011 e em 31 de março de 2012:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
(-) Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	-
Em Circulação em 31/12/2011	1.696.626.868	2.710.154.721	4.406.781.589	13.678

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2012	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.344.268	1.801.160.255	3.497.504.523	10.835
Residentes no Exterior	282.600	917.694.466	917.977.066	2.844
(-) Ações em Tesouraria em 31/03/2012 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	-
Em Circulação em 31/03/2012	1.696.626.868	2.710.154.721	4.406.781.589	13.678

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação conforme deliberado na AGO/E de 05 de março de 2012.

Em 13/03/2012 foram pagos Juros de Capital Próprio referente ao exercício de 2011 no montante de R\$ 674 – R\$ 0,15288 por ação, adicionalmente em 08/06/2012 serão pagos R\$ 594 – R\$ 0,13482 por ação.

I. Cálculo

	<i>(Em milhões de Reais)</i>			
	<u>31/03/2012</u>		<u>31/03/2011</u>	
Lucro Líquido	1.242		1.260	
(-) Reserva Legal	(62)		(63)	
Base de Cálculo do Dividendo	1.180		1.197	
Dividendo Mínimo Obrigatório	295	25,00%	299	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRRF	Líquido
Provisionados	335	(40)	295
Dividendos	66	-	66
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/07/2012	66	-	66
Juros sobre o Capital Próprio	269	(40)	229
1 parcela de R\$0,0611 por ação a ser declarado	269	(40)	229
Total em 31/03/2012 - R\$ 0,0669 líquido por ação	335	(40)	295
Total em 31/03/2011 - R\$ 0,0683 líquido por ação	341	(42)	299

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/03/2012	31/12/2011
RESERVAS DE LUCROS	16.186	15.268
Legal	2.081	2.019
Estatutárias	14.105	13.249
Equalização de Dividendos	4.934	4.501
Reforço do Capital de Giro	4.482	4.313
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.689	4.435
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	551
Outras Reservas	272	264
Total das Reservas na Controladora	16.458	16.083

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais da ITAÚSA CONSOLIDADO.

NOTA 23 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, do tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características dos Programas

II.1 – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgados opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda o ajuste de até 20% para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II. II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento, após o respectivo período de carência, sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data da concessão foi estimada para as ações adquiridas no período findo em 31/03/2012 – R\$ 36,00 por ação (R\$ 37,00 por ação em 31/03/2011).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding, menos o preço a vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R\$ 51 em 31/03/2012 (R\$ 48 em 31/03/2011).

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2011	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer em 31/03/2012
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	
Opções Simples											
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,96	18,94	36,90	937.275	-	125.375	-	811.900
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,96	-	-	11.357	-	-	-	11.357
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,20	28,20	38,19	6.854.365	-	1.573.235	-	5.281.130
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,20	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,07	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	37,27	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	37,23	-	-	29.518	-	-	29.518	-
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	46,35	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,56	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	32,74	32,70	38,42	21.083	-	21.083	-	-
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,91	35,91	38,32	7.732.975	-	344.650	37.675	7.350.650
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,91	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,91	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	37,30	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	37,26	-	-	29.514	-	-	-	29.514
Total de Opções a Exercer							16.812.534	-	2.064.343	143.094	14.605.097
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	46,35	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,05	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	9.266.066	-	-	105.187	9.160.879
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	46,35	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,07	27,06	37,29	14.114.940	-	925.520	-	13.189.420
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,07	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,98	-	-	6.052.223	-	-	-	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,98	-	-	1.163.919	-	-	14.426	1.149.493
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,96	-	-	9.769.432	-	-	35.942	9.733.490
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	42,96	-	-	-	15.383	-	-	15.383
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,13	-	-	-	15.097	-	-	15.097
Total de Opções em Aberto							40.559.264	30.480	925.520	155.555	39.508.669
Total de Opções Simples							57.371.798	30.480	2.989.863	298.649	54.113.766
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	39.906	-	-	39.906	-
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	46.710	-	-	46.710	-
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	719.023	-	681.490	37.533	-
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	79.446	-	79.446	-	-
Total de Opções a Exercer							885.085	-	760.936	124.149	-
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	309.508	-	-	-	309.508
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	388.432	-	-	-	388.432
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	339.632	-	-	-	339.632
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	329.711	-	-	3.368	326.343
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	449.442	-	-	1.804	447.638
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.862.409	-	-	33.825	1.828.584
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.558.584	-	-	18.431	1.540.153
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	704.604	-	-	2.374	702.230
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	509	-	-	-	509
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	706.397	-	-	16.782	689.615
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	1.583.044	-	2.843	1.580.201
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	69.156	-	3.108	66.048
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	338.923	-	-	-	338.923
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	329.152	-	-	3.367	325.785
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.858.518	-	-	33.825	1.824.693
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.557.215	-	-	18.430	1.538.785
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	508	-	-	-	508
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	706.338	-	-	16.780	689.558
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	1.582.979	-	2.843	1.580.136
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	69.151	-	3.107	66.044
Total de Opções em Aberto							11.588.230	3.304.330	-	160.887	14.731.673
Total Opções dos Sócios							12.473.315	3.304.330	760.936	285.036	14.731.673
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS							69.845.113	3.334.810	3.750.799	583.685	68.845.439

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga	Carência	Prazo Final para	Preço de Exercício	Opções Exercidas		Saldo Anterior	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer	
				Preço de Exercício	Valor de Mercado		Perda de Direito	Outorgadas	Exercidas		Cancelamentos
Nº	Data	até	Exercício	Atualizado (R\$1)	Médio Ponderado	Médio Ponderado	31/12/2010				em 31/03/2011
Opções Simples											
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,02	12,81	38,83	712.942	-	201.068	-	511.874
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,33	18,26	37,01	2.877.600	-	1.311.250	-	1.566.350
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,33	18,26	37,01	27.500	-	27.500	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,33	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	16.389	-	16.389	-	-
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,34	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,09	-	-	52.710	-	-	-	52.710
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,29	-	-	12.650	-	-	-	12.650
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,27	27,14	37,44	8.025.250	-	710.375	-	7.314.875
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,27	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,00	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,44	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,40	-	-	29.518	-	-	-	29.518
Total de Opções a Exercer					20,52	37,34	12.849.920	-	2.279.232	105.419	10.465.269
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,04	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,09	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,11	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,72	34,72	36,57	8.546.975	-	269.500	33.550	8.243.925
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,72	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	34,72	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,44	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,40	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,04	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	35,82	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	10.846.487	-	-	41.112	10.805.375
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,04	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,18	-	-	15.067.330	-	-	36.300	15.031.030
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,18	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,52	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,52	-	-	1.206.340	-	-	7.556	1.198.784
Total de Opções em Aberto					34,72	36,57	42.267.534	-	269.500	192.904	41.805.130
Total de Opções Simples					22,02	37,26	55.117.454	-	2.548.732	298.323	52.270.399
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
Total de Opções a Exercer						37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	490.624	-	-	5.359	485.265
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	-	740.362
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	4.436	324.745
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	4.799	411.131
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	-	376.916
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	-	359.991
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	5.358	484.768
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	-	1.940.987
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	-	1.585.541
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	-	739.608
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	-	376.876
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	-	359.962
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	-	1.940.951
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	-	1.585.497
Total de Opções em Aberto							8.789.308	3.171.038	-	19.952	11.940.394
Total Opções dos Sócios						37,22	9.205.795	3.171.038	376.581	19.952	11.980.300
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,02	37,25	64.323.249	3.171.038	2.925.313	318.275	64.250.699

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo Anterior 31/12/2011	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 31/03/2012
1 ^a	17/08/2010	16/08/2012	110.588	-	-	-	110.588
1 ^a	17/08/2010	16/08/2013	110.577	-	-	-	110.577
1 ^a	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1 ^a	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1 ^a	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1 ^a	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2 ^a	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	5.533	11.834	406.796
2 ^a	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	11.834	412.320
3 ^a	28/02/2011	27/02/2011	444.040	-	444.040	-	-
3 ^a	28/02/2011	27/02/2012	444.030	-	-	8.679	435.351
3 ^a	28/02/2011	27/02/2013	444.020	-	-	8.678	435.342
4 ^a	24/02/2012	24/02/2013	-	468.852	-	4.671	464.181
4 ^a	24/02/2012	24/02/2014	-	468.836	-	4.671	464.165
4 ^a	28/02/2012	24/02/2015	-	468.821	-	4.671	464.150
Total			2.429.941	1.406.509	449.573	55.038	3.331.839

Nº	Período de Carência		Saldo em 31/12/2010	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em 31/12/2011
1 ^a	17/08/2010	16/08/2011	114.980	-	-	-	114.980
1 ^a	17/08/2010	16/08/2012	114.969	-	-	-	114.969
1 ^a	17/08/2010	16/08/2013	114.958	-	-	-	114.958
1 ^a	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	-	-	10.221
1 ^a	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1 ^a	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1 ^a	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	-	-	3.972
1 ^a	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1 ^a	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2 ^a	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	-	-	424.172
2 ^a	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	-	424.163
2 ^a	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	-	424.154
3 ^a	28/02/2011	27/02/2011	-	444.040	-	-	444.040
3 ^a	28/02/2011	27/02/2012	-	444.030	-	-	444.030
3 ^a	28/02/2011	27/02/2013	-	444.020	-	-	444.020
Total			1.659.958	1.332.090	-	-	2.992.048

II.III - Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples e *Black&Scholes* para as opções dos sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções Simples								
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	35,50	11,06	2,97%	5,25%	30,32%
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	35,50	11,57	2,97%	5,25%	30,32%
Opções dos Sócios (*)								
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções bonificadas é mensurado com referência ao valor justo da ação do Itaú Unibanco na data das outorgas.

II.IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/03/2012 foi de R\$ (40) (R\$ (34) de 01/01 a 31/03/2011), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido do Itaú Unibanco Holding o efeito foi de:

	31/03/2012	31/03/2011
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	167	135
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(188)	(120)
Efeito na Venda (*)	(21)	15

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só há outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data Vencido.	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos	
					dez/11	mar/12			2007 a 2009	2010	2011	1º Trim/12		
						(*)								
30/03/2006	2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	48.856	48.856	11,42	1	1	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.535.227	2.535.227	10,36	25	25	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.932.193	2.932.193	8,47	19	19	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	01/07/2012	até 31/12/2017	9,86	1.983.285	1.983.285	4,64	9	2	5	2	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,33	1.464.818	1.464.818	8,21	9	-	2	2	1	4	
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.875.322	1.875.322	5,11	9	-	-	1	1	8	
Soma	13.852.318				10.839.701	10.839.701		72	47	7	5	2	12	
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								70	45	7	5 (1)	2 (2)	11 (3)	

(1) Valor contabilizado contra o resultado de 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado no 1º trimestre de 2012.

(3) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2014.

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011.

Em 31 de Março de 2012 a Companhia possuía 1.889.486 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

c) Itaotec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itaotec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo próprio Conselho.

O preço fixado para Outorga das Opções de Ações tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itaotec S.A., nos pregões da Bolsa de Valores, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores a data de emissão das opções. A critério do Comitê de Opções era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

Conforme Deliberação CVM 562 de 17/12/08, o reconhecimento contábil pelo valor justo das opções ocorria a partir do momento da outorga e até o final do período de carência ("vesting period"). Considerando o período de carência e a data da última outorga (08 de fevereiro de 2006), não há despesas relacionadas ao Plano de Opção de ações de competência dos períodos de 31 de março de 2012 e de 31 de março de 2011.

Dado não haver preço de mercado disponível para as opções outorgadas, a companhia utilizou o modelo binomial para estimativa dos preços das opções nas datas de outorga e chegou aos valores indicados na tabela abaixo.

Premissas

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06	Total
Quantidade de ações (a) (b)	93.332	58.423	58.423	110.335	159.826	127.831	191.666	799.836
Carência	30/06/01	30/06/02	30/06/03	30/06/03	30/06/04	30/06/05	30/06/07	
Vencimento	31/12/10	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/16	
Valor opção (b) (R\$/ação)	64,80	72,15	78,15	31,05	21,45	23,55	36,45	
Valor prêmio (R\$/ação)	66,87	78,04	77,83	45,3	34,94	38,52	32,88	
Valor Total (R\$ mil)	6.241	4.559	4.546	4.998	5.585	4.924	6.302	37.155

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06
Volatilidade do Preço das Ações	104%	115%	115%	116%	81%	64%	65%
Dividend Yield	0,9%	1,4%	1,4%	1,8%	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	26,5%	20,6%	20,6%	32,6%	48,2%	24,9%	13,7%

(a) descontados os cancelamentos;

(b) considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada 1, realizado em out/2006

De todas as outorgas acima, nenhuma foi exercida até o momento.

O valor justo total das opções outorgadas, resultante do quadro acima, é de R\$ 37 foi contabilizado como reserva na conta de patrimônio líquido (Nota 22), a partir de apropriação da conta de lucros acumulados, nos termos do CPC 10. Após o reconhecimento do valor justo das opções outorgadas, a companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente ao patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade de reconhecimento, pela companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções forem exercidas (expirarem). No exercício de 2011 não houve ajuste realizado no patrimônio líquido por conta da falta de exercício das opções que expiraram em 31 de março de 2012.

d) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as

ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS**a) Outras Receitas Operacionais**

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Recuperação de Encargos e Despesas	10	12
Reversão de Provisões Operacionais	15	88
Rendas Operacionais	59	77
Lucros na Alienação de Investimentos	1	2
Lucros na Alienação de Valores e Bens	4	6
Reversão de Provisões não Operacionais	2	10
Outras	3	9
Total	94	204

b) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Despesas Relacionadas a Cartões de Crédito	(156)	(212)
Reembolso Relativo à Aquisições	(4)	(33)
Perdas com Fraudes com Terceiros	(70)	(57)
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(7)	(13)
Contingências	(252)	(64)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(188)	(204)
Outros	(144)	(189)
Total	(821)	(772)

c) Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Despesas de Pessoal	(1.392)	(1.228)
Remuneração	(584)	(474)
Encargos	(234)	(224)
Benefícios Sociais	(133)	(152)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	(16)	(12)
Plano de Opção de Ações	(16)	(1)
Treinamento	(21)	(18)
Participações de Empregados nos Lucros	(236)	(273)
Desligamentos	(54)	(12)
Provisão Trabalhista (Nota 31)	(98)	(62)
Despesas Administrativas	(1.160)	(1.062)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(296)	(274)
Serviços de Terceiros	(304)	(249)
Instalações	(86)	(67)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(75)	(80)
Despesas de Aluguéis	(88)	(83)
Transportes	(61)	(51)
Materiais	(43)	(39)
Despesas com Serviços Financeiros	(43)	(50)
Segurança	(49)	(44)
Concessionárias de Serviços Públicos	(29)	(29)
Despesas de Viagem	(15)	(15)
Outros	(71)	(81)
Depreciação	(186)	(99)
Amortização	(82)	(95)
Despesas de Comercialização de Seguros	(103)	(96)
Total	(2.923)	(2.580)

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.985	2.029
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(791)	(807)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	176	146
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	-	28
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(98)	(59)
Juros Sobre o Capital Próprio	222	158
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	18	26
Outras (*)	34	(7)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(615)	(662)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2012
Refletido no Resultado	11.081	(1.576)	1.617	11.122
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.857	(137)	102	1.822
Créditos de Liquidação Duvidosa	4.723	(438)	719	5.004
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	114	(194)	108	28
Ágio na Aquisição do Investimento	1.700	(335)	185	1.550
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	570	(142)	13	441
Provisões para Passivos Contingentes	1.047	42	224	1.313
Ações Cíveis	434	(14)	34	454
Ações Trabalhistas	365	(10)	22	377
Fiscais e Previdenciárias	241	66	168	475
Outros	7	-	-	7
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	-	-	4
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	92	-	-	92
Outros	974	(372)	266	868
Refletida no Patrimônio Líquido	149	(22)	19	146
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	127	-	19	146
Outros	22	(22)	-	-
Total (*)	11.230	(1.598)	1.636	11.268

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$8.919 (R\$ 9.006 em 31/12/2011) e R\$ 2.714 (R\$ 3.133 em 31/12/2011).

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2012
Refletido no Resultado	4.861	(522)	511	4.850
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.763	(341)	-	2.422
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	29	-	39	68
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	34	(15)	-	19
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	64	-	-	64
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	298	(63)	57	292
Ganho de Capital - Operação Redecard	-	(10)	24	14
Planos de Pensão	220	-	16	236
Amortização de Deságio	823	-	1	824
Outros	630	(93)	374	911
Refletida no Patrimônio Líquido	496	(314)	31	213
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	182	-	31	213
Outros	314	(314)	-	-
Total	5.357	(836)	542	5.063

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$8.919 (R\$ 9.006 em 31/12/2011) e R\$ 2.714 (R\$ 3.133 em 31/12/2011).

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2012, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2012	3.367	444	3.811	(1.305)	2.506
2013	1.896	517	2.413	(1.294)	1.119
2014	1.535	486	2.021	(1.088)	933
2015	886	322	1.208	(453)	755
2016	724	24	748	(354)	394
Acima de 2016	1.037	30	1.067	(569)	498
Total	9.445	1.823	11.268	(5.063)	6.205
Valor Presente (*)	8.367	1.650	10.017	(4.454)	5.563

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 26 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercício, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Lucro Líquido	1.242	1.260
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(27)	(27)
Subtotal	1.215	1.233
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(17)	(17)
Subtotal	1.198	1.216
 Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	461	467
Aos Detentores de Ações Preferenciais	737	749
 Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	478	484
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	764	776
 Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	1.696.626.868	1.680.795.973
Ações Preferenciais	2.710.154.721	2.693.485.616
 Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,28	0,29
Ações Preferenciais	0,28	0,29

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 27 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 e utilizou o período de apuração previsto no CPC 15 (de até um ano após a data de aquisição) para obter as informações necessárias a fim de identificar e mensurar a sua alocação. No segundo trimestre de 2011 o ágio foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2011	Amortizações/ Realizações	31/03/2012
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	330	(23)	307
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	131	(5)	126
Marca Unibanco	3	(1)	2
Outros	4	(1)	3
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	468	(30)	438
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard	4	-	4
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	71	-	71
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	539	(30)	509
Passivo fiscal Diferido (IV)	(216)	12	(204)
Total ágio alocado (V = III + IV)	323	(18)	305
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos abaixo referidos. Os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pela empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAÚSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaúbanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaúbanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaúbank (3)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3)(4)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido.

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido).

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

(4) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Esse plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e adicionalmente a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

b) Planos de Benefício Definido**I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria**

	Área de Serviços Financeiros (1)	
	31/03/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,32 % a.a.	11,32 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)	
	31/03/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto	9,52% a.a.	9,52% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,37 % a.a.	10,37 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,43 % a.a.	7,43 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,30 % a.a.	4,30 % a.a.
Inflação	4,30 % a.a.	4,30 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaúbanco, Bemgeprev, Funbep, Prebeg, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, por meio da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e a meta de alocação para 2012, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2012
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	
Títulos de Renda Fixa	10.809	10.574	88,46%	87,96%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.031	1.066	8,44%	8,87%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	14	14	0,11%	0,12%	0% a 10%
Imóveis	342	344	2,80%	2,86%	0% a 6%
Empréstimos a participantes	23	23	0,19%	0,19%	0% a 5%
Total	12.219	12.021	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 547 (R\$ 545 em 31/12/2011) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 296 (R\$ 298 em 31/12/2011).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	31/03/2012	31/12/2011
1- Ativos Líquidos dos Planos	12.219	12.021
2- Passivos Atuariais	(10.650)	(10.545)
3- Superveniência (1-2)	1.569	1.476
4- Restrição do Ativo (*)	(1.422)	(1.379)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	147	97
Valor Reconhecido no Ativo	357	342
Valor Reconhecido no Passivo	(210)	(245)

(*) - Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	31/03/2012	31/12/2011
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	54	36
Valor Reconhecido no Ativo	131	126
Valor Reconhecido no Passivo	(77)	(90)

(*) Considera participação no IUH de 36,77% e 36,82% para 31/03/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 31/03/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	12.021	(10.545)	1.476	11.468	(9.997)	1.471
Inclusão Plano CD Itaú	-	-	-	12	(13)	(1)
Efeitos Cisão Parcial Redecard (1)	-	-	-	(44)	42	(2)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	332	-	332	1.366	-	1.366
Custo Serviço Corrente	-	(22)	(22)	-	(92)	(92)
Custo dos Juros	-	(249)	(249)	-	(941)	(941)
Benefícios Pagos	(166)	166	-	(610)	610	-
Contribuições Patrocinadora	7	-	7	42	-	42
Contribuições Participantes	4	-	4	9	-	9
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	21	-	21	(222)	(154)	(376)
Valor Presente Resultado do Exercício	12.219	(10.650)	1.569	12.021	(10.545)	1.476

(1) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido, para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(2) Os ganhos/ perdas apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/(abaixo) da taxa de retorno esperado nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 353 (R\$ 1.145 em 31/12/2011).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	31/03/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ativo Líquidos dos Planos	12.219	12.021	11.468	15.045	12.673
Passivos Atuariais	(10.650)	(10.545)	(9.997)	(11.354)	(11.371)
Superveniência	1.569	1.476	1.471	3.691	1.302
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	21	(222)	697	1.086	(993)
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	-	(154)	(891)	162	(829)

Os valores relativos a 31/12/2010, 31/12/2009 e 31/12/2008 são apresentados somente para efeitos de evolução, tendo em vista que conformidade com a isenção prevista no IFRS 1 o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos ganhos e perdas foi efetuado em 01/01/2010.

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de março:

	2012	2011
Custo do Serviço Corrente	(22)	(25)
Custo de Juros	(249)	(237)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	332	343
Efeitos Cisão Parcial Redecard	-	-
Efeito na restrição do Ativo	(43)	(42)
Ganho/(Perda) no Exercício	21	(2)
Contribuições Participantes	4	2
Total reconhecido no Resultado do Exercício	43	39

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)	16	14
--	----	----

(*) Considera participação no IUH de 36,77% e 36,82% para 31/03/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 3 (R\$ 2 em 31/03/2011). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2012, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 14 para os planos de aposentadoria patrocinados.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2013	238
2014	248
2015	257
2016	265
2017	275
2018 a 2022	1.517

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 31/03/2012 no ativo é de R\$ 694 (R\$ 686 em 31/12/2011).

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de março:

	2012	2011
Aportes/Contribuições	(48)	(27)
Ganho/Perda Atuarial	84	(52)
Efeito na Restrição do Ativo	(14)	83
Total reconhecido no Resultado do período	22	4

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a seguinte:

Total reconhecido no Resultado do período (*)	8	1
--	----------	----------

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,53% para 31/03/2012 e 31/03/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 23 (R\$ 15 em 31/03/2011) sendo R\$ 18 (R\$ 11 em 31/03/2011) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, são os seguintes:

	31/03/2012	31/12/2011
No Início do período	(120)	(105)
Custo de Juros	(3)	(10)
Benefícios Pagos	2	6
Ganho/(Perda) Atuarial	-	(11)
No Final do Exercício	(121)	(120)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Passivo (*)	(44)	(44)
---	-------------	-------------

(*) Considera participação no IUH de 36,77% e 36,82% para 31/03/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2013	2
2014	3
2015	3
2016	3
2017	3
2018 a 2022	18

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	2	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	17	(14)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Banco Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ INIBANCO HOLDING. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01 01 a 31/03/2012	01 01 a 31/03/2011	01 01 a 31/03/2012	01 01 a 31/03/2011
Danos Pessoais causados por Veículos				
Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	88,4	87,1	1,4	0,8
Vida em Grupo	41,9	39,1	10,5	5,1
Compreensivo Empresarial	42,7	30,8	17,1	18,0
Prestamista	20,9	23,0	21,0	24,2
Extensão de Garantia - Patrimonial	20,0	16,5	65,1	46,2
Acidentes Pessoais Coletivo	6,9	7,5	33,6	47,7
Riscos Nomeados e Operacionais	85,2	69,4	1,7	8,1
Riscos de Petróleo	7,5	5,7	11,9	8,8
Riscos Diversos	8,0	5,7	54,6	60,5

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.

- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação da ITAÚSA. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
VGBL	3.100	2.140	-	-	3.100	2.140
PGBL	356	341	-	-	356	341
Extensão de Garantia - Patrimonial	343	346	-	-	343	346
Vida em Grupo	328	285	(14)	(3)	314	282
Acidentes Pessoais Coletivo	160	148	-	-	160	148
DPVAT	124	98	-	-	124	98
Prestamista	108	103	-	-	108	103
Riscos Nomeados e Operacionais	71	67	(50)	(39)	21	28
Riscos de Petróleo	63	94	(52)	(80)	11	14
Riscos Diversos	45	40	(1)	(1)	44	39
Compreensivo Empresarial	44	35	(9)	(5)	35	30
Riscos de Engenharia	36	15	(31)	(10)	5	5
Tradicional	87	70	-	-	87	70
Demais Ramos	333	294	(68)	(69)	265	225
	5.198	4.076	(225)	(207)	4.973	3.869
Participação Itaúsa	36,77%	36,53%	36,77%	36,53%	36,77%	36,53%
	1.910	1.489	(83)	(76)	1.828	1.413

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.
- **Outras Provisões** – Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de

vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões das operações de seguros e previdência privada:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012				31/12/2011			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	7.609	20.893	42.402	70.904	5.527	18.296	33.041	56.864
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	1.643	416	3.078	5.137	16.681	1.706	9.936	28.323
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(1.604)	-	-	(1.604)	(15.694)	-	-	(15.694)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(513)	(28)	(1)	(542)	(1.508)	(103)	(6)	(1.617)
(+) Sinistros Avisados	497	-	-	497	2.020	-	-	2.020
(-) Resgates	(1)	(261)	(1.069)	(1.331)	(152)	(917)	(3.745)	(4.814)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	100	13	113	(115)	152	(14)	23
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	-	533	1.191	1.724	1	1.658	3.362	5.021
(+/-) Outras (constituição/reversão)	71	6	(1)	76	849	101	(172)	778
Provisão de Seguros e Previdência Privada	7.702	21.659	45.613	74.974	7.609	20.893	42.402	70.904
Participação Itaúsa	2.832	7.964	16.772	27.567	2.802	7.693	15.613	26.108
		36,77%				36,82%		

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	SEGUROS		PREVIDENCIA		TOTAL	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	29	17	65.900	61.953	65.929	61.970
Prêmios não Ganhos	3.061	3.026	-	-	3.061	3.026
Sinistros a Liquidar (*)	2.245	2.297	-	-	2.245	2.297
IBNR (*)	759	712	10	10	769	722
Insuficiência de Prêmios	327	313	-	-	327	313
Insuficiência de Contribuição	-	-	700	692	700	692
Excedente Financeiro	-	2	497	475	497	477
Outras	1.281	1.242	165	165	1.446	1.407
TOTAL	7.702	7.609	67.272	63.295	74.974	70.904
Participação Itaúsa	2.832	2.802	24.735	23.306	27.567	26.108
	36,77%	36,82%	36,77%	36,82%	36,77%	36,82%

(*) A provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR estão demonstrados na nota 29e.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir.

ITAU UNIBANCO HOLDING	Seguro
Saldo em 01/01/2012	2.064
Constituições	25
Amortizações	(19)
Saldo em 31/03/2012	2.070
Saldo a amortizar até 12 meses	1.514
Saldo a amortizar após 12 meses	556
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12	761
Saldo em 01/01/2011	1.649
Constituições	583
Amortizações	(168)
Saldo em 31/12/2011	2.064
Saldo a amortizar até 12 meses	1.495
Saldo a amortizar após 12 meses	569
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	760

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstradas na nota 29I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço de 31/12/2011.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento de 31/03/2012:

I - Bruto de Resseguro - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.574
Operações DPVAT	282
Retrocessão e Outras Estimativas	163
Total da Provisão (*)	3.019
Participação Itaúsa	36,77%
	1.110

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	Total
No final do ano de divulgação	1.030	1.906	2.137	1.768	1.530	1.890	1.771	
1 ano depois	1.030	1.963	2.140	1.787	1.590	2.031	-	
2 anos depois	1.037	2.036	2.206	1.778	1.606	-	-	
3 anos depois	1.046	2.059	2.212	1.739	-	-	-	
4 anos depois	1.056	2.052	2.201	-	-	-	-	
5 anos depois	1.056	2.036	-	-	-	-	-	
6 anos depois	1.052	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	1.052	2.036	2.201	1.739	1.606	2.031	1.771	12.436
Pagamentos acumulados até a data base	1.006	1.964	2.078	1.584	1.319	1.404	852	10.207
Passivo reconhecido no balanço	46	72	123	155	287	627	919	2.229
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								345
Total do passivo incluso no balanço								2.574
Participação Itaúsa								36,77%
								946

II - Líquido de Resseguro - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	1.245
Operações DPVAT	282
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	1.492
Total da Provisão	3.019
Participação Itaúsa	36,77%
	1.110

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	Total
No final do ano de divulgação	808	865	1.027	1.157	1.197	1.269	1.311	
1 ano depois	808	899	1.044	1.164	1.188	1.180	-	
2 anos depois	813	921	1.063	1.161	1.190	-	-	
3 anos depois	820	929	1.071	1.157	-	-	-	
4 anos depois	829	928	1.076	-	-	-	-	
5 anos depois	827	932	-	-	-	-	-	
6 anos depois	834	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	834	932	1.076	1.157	1.190	1.180	1.311	7.680
Pagamentos acumulados até a data base	796	879	1.002	1.062	1.084	1.029	743	6.595
Passivo reconhecido no balanço	38	53	74	95	106	151	568	1.085
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								160
Total do passivo incluso no balanço								1.245
Participação Itaúsa								36,77%
								458

Os valores apresentados nas tabelas, expressam a posição de dez/11, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguros são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no CPC 11 a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa

projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

As Premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos estão alinhados à legislação vigente
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna da companhia
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de chain ladder com periodicidade trimestral
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da escala G.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência em quaisquer dos exercícios apresentados.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 10bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 10bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	31/03/2012			31/03/2011		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS						
Extensão de Garantia	343	343	100,0	346	346	100,0
Prestamista	108	108	100,0	114	103	90,4
DPVAT	124	124	100,0	98	98	100,0
Riscos Diversos	45	44	97,8	40	39	97,5
PESSOAS						
Vida em Grupo	328	314	95,7	285	282	98,9
Acidentes Pessoais Coletivo	160	160	100,0	148	148	100,0
Acidentes Pessoais Individual	26	26	100,0	21	21	100,0
Vida Individual	5	5	100,0	5	5	100,0
GRANDES RISCOS						
Riscos Nomeados e Operacionais	71	21	29,6	67	28	41,8
Riscos de Petróleo	63	11	17,5	94	14	14,9
Riscos de Engenharia	36	5	13,9	15	5	33,3

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

- Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

- **Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição**

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO..
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras do ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que aborem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalham em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez**Risco de Mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos (Nota 35);
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*): em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Classe	31/03/2012		31/12/2011	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
NTN-C	2.029,9	(2,1)	2.766	(2,7)
NTN-B	795,4	(1,1)	1.400	(1,3)
NTN-F	6,7	-	28	-
LTN	147,4	-	-	-
Derivativos	(128,8)	-	-	-
Títulos Privados				
Indexado a IGPM	105,7	-	141	-
Indexado a IPCA	203,4	0,1	224	(0,2)
Indexado a PRE	61,0	-	93	-
Ativos pós-fixados	3.755,6	-	5.607	-
Compromissadas Over	3.039,2	-	6.433	-
Total	10.015,5	(3,4)	16.692	(4,2)
Participação da Itaúsa	36,77%		36,82%	
	3.683	(1,3)	6.146	(1,5)

A coluna DV01 é o impacto para um movimento de + 0,01% (1 ponto-base) na taxa do indexador. No caso como as posições são ativas o impacto positivo na taxa contribui negativamente para o resultado.

Risco de Liquidez

A ITAÚSA CONSOLIDADO identificam o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, a ITAÚSA CONSOLIDADO mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	31/03/2012		31/12/2011		Ativo	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)		Valor	DU (*)	Valor	DU (*)
Provisão Técnica					Ativo Garantidor				
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.729	12	1.690	12	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.729	5	1.690	7
Provisão de Insuficiência de Prêmio	245	187	233	187	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	245	6	233	7
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.275	19	1.401	19	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.275	5	1.401	7
Outras Provisões	310	-	303	-	LFTs e Operações Compromissadas	310	-	303	7
Sub Total	3.559		3.627		Sub Total	3.559		3.627	
Provisões									
Despesas Administrativas	45	125	43	125	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	45	8	43	7
Matemática de Benefícios Concedidos	997	126	977	126	LFT, Operações Compromissadas, LTN, NTN-F, NTN-B, CDB, LF e Debentures	997	124	977	124
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	61.524	109	57.626	109	LFT, Operações Compromissadas, LTN, NTN-F, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures (3)	61.524	8	57.626	8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	3.395	116	3.365	116	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.395	109	3.365	109
Insuficiência de Contribuição	700	109	692	109	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	700	109	692	109
Excedente Financeiro	498	109	477	109	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	498	109	477	109
Sub Total	67.159		63.180		Sub Total	67.159		63.180	
Total Reservas Técnicas	70.718		66.807		Total Ativos Garantidores	70.718		66.807	

(*) DU = Duration em meses

(1) Valor Líquido de Direito Creditório

(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 37,72% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O Itaú Unibanco Holding cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em outros ativos e amortizados em outras despesas operacionais de acordo diferimento do prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Créditos		Débitos	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	214	176	313	106
Contratos Emitidos	-	-	209	926
Sinistros a Recuperar	(38)	52	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	23	32	(177)	(751)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(4)	32
Outras Constituições / Reversões	(1)	(46)	-	-
Saldo Final	198	214	341	313
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	73	79	125	115

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
Sinistros de Resseguros	1.294	1.394
Prêmios de Resseguros	513	535
Comissão de Resseguros	(58)	(58)
	1.749	1.871
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	643	689

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	1.394	1.185
Sinistros Avisados	105	615
Sinistros Pagos	(207)	(101)
Outras Constituições / Reversões	2	(305)
Saldo Final	1.294	1.394
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	476	513

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	535	404
Constituições	201	814
Reversões	(224)	(683)
Saldo Final	512	535
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	188	197

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	(58)	(59)
Constituições	(14)	(50)
Reversões	14	51
Saldo Final	(58)	(58)
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	(21)	(21)

m) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido em R\$ 714 (R\$ 2.049 em 31/12/2011) na Itaú Seguros S.A. e R\$ 400 (R\$ 1.565 em 31/12/2011) na Itaú Vida e Previdência S.A..

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	31.742	31.742	40.099	40.099
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.935	8.948	10.244	10.255
Aplicações no Mercado Aberto	46.479	46.479	35.001	35.001
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	44.311	44.311	45.049	45.049
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	69	69	69	69
Derivativos (*)	3.271	3.271	3.240	3.240
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	20.620	20.620	17.805	17.805
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.108	1.395	1.144	1.367
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	119.203	119.573	118.710	118.942
Outros Ativos Financeiros	14.350	14.350	14.925	14.925
Passivos Financeiros				
Depósitos	85.047	85.016	89.326	89.296
Captação no Mercado Aberto	73.467	73.467	68.273	68.273
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	271	271	1.037	1.037
Derivativos (*)	2.779	2.779	2.486	2.486
Recursos de Mercados Interbancários	33.037	33.003	33.323	33.269
Recursos de Mercados Institucionais	21.718	21.597	20.931	20.935
Passivos de Planos de Capitalização	1.050	1.050	1.045	1.045
Outros Passivos Financeiros	15.757	15.757	16.246	16.246

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(1) Os valores no quadro acima já reflete a participação da Itaúsa

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 34) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas, cujo valor registrado em conta de compensação totaliza R\$ 53.150 (R\$ 51.530 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 19.543 (R\$ 18.974 em 31/12/2011) e o valor justo estimado R\$ 690 (R\$ 695 em 31/12/2011), R\$ 254 em 2012 (256 em 31/12/2011) no Consolidado da Itaúsa.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** – O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*;
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais da ITAÚSA CONSOLIDADO para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros.

- **Passivos Financeiros não remunerados (à vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros oferecidos pela ITAÚSA CONSOLIDADO na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o *spread* sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos / passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Notas 6 e 7. Consulte a Nota 7 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o CPC, a ITAUSA CONSOLIDADO classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração:

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo e ações negociadas em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAUSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAUSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I, NTN-A1, CRIs e TDA com vencimentos após 2025 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, como os CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAUSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pela ITAUSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2012 e de 31/12/2011 para nossos ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.381	-	1.381	-	1.339	-	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	89.275	193	-	89.468	93.727	187	-	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	844	-	-	844	910	-	-	910
Títulos Públicos - Outros Países	1.126	96	-	1.222	722	80	-	802
Argentina	170	-	-	170	225	-	-	225
Estados Unidos	590	-	-	590	292	-	-	292
México	359	-	-	359	205	-	-	205
Chile	-	70	-	70	-	50	-	50
Uruguai	-	25	-	25	-	27	-	27
Outros	7	1	-	8	-	3	-	3
Títulos de Dívida de Empresas	4.583	22.322	244	27.149	4.682	19.952	290	24.924
Ações negociáveis	2.529	-	-	2.529	2.241	56	-	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	23	-	23	-	24	-	24
Certificado de Depósito Bancário	-	6.431	-	6.431	-	7.820	-	7.820
Debêntures	2.054	1.433	-	3.487	2.434	1.092	-	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.567	-	1.567	7	1.424	-	1.431
Notas Promissórias	-	-	244	244	-	-	290	290
Letras Financeiras	-	12.135	-	12.135	-	8.973	-	8.973
Outros (basicamente Letras Financeiras)	-	733	-	733	-	563	-	563
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	95.828	23.992	244	120.064	100.041	21.558	290	121.889
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	35.235	8.822	90	44.147	36.837	7.938	107	44.882
Itaúsa e empresas industriais	-	-	-	164	-	-	-	167
TOTAL	35.235	8.822	90	44.311	36.837	7.938	107	45.049
Fundos de investimento	-	755	-	755	-	806	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	12.404	34	257	12.695	12.165	-	259	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	8.856	-	-	8.856	5.906	-	-	5.906
Títulos Públicos - Outros Países	267	5.541	-	5.808	11	4.306	-	4.317
Estados Unidos	241	-	-	241	-	-	-	-
Dinamarca	-	1.790	-	1.790	-	1.949	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	-	418	-	418
Coréia	-	1.640	-	1.640	-	295	-	295
México	-	-	-	-	11	-	-	11
Chile	-	1.593	-	1.593	-	995	-	995
Paraguai	-	329	-	329	-	344	-	344
Uruguai	-	164	-	164	-	268	-	268
Outros	26	25	-	51	-	37	-	37
Títulos de Dívida de Empresas	4.484	20.945	1.462	26.891	2.914	19.806	1.337	24.057
Ações negociáveis	1.852	2.060	-	3.912	808	3.170	-	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.430	968	8.398	-	7.323	691	8.014
Certificado de Depósito Bancário	-	300	-	300	-	274	-	274
Debêntures	2.632	5.765	-	8.397	2.103	5.133	-	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	-	4.266	-	4.266	3	3.635	-	3.638
Notas Promissórias	-	-	494	494	-	-	646	646
Letras Financeiras	-	773	-	773	-	-	-	-
Outros	-	351	-	351	-	271	-	271
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	26.011	27.275	1.719	55.005	20.996	24.918	1.596	47.510
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	9.564	10.029	632	20.225	7.731	9.175	588	17.494
Itaúsa e empresas industriais	-	-	-	395	-	-	-	311
TOTAL	9.564	10.029	632	20.620	7.731	9.175	588	17.805
Títulos públicos do governo brasileiro	-	189	-	189	-	186	-	186
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	189	-	189	-	186	-	186
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	-	69	-	69	-	69	-	69
TOTAL	-	69	-	69	-	69	-	69
Notas Estruturadas	-	736	-	736	-	2.815	-	2.815
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	736	-	736	-	2.815	-	2.815
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	-	271	-	271	-	1.037	-	1.037
TOTAL	-	271	-	271	-	1.037	-	1.037

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2012 e de 31/12/2011 para nossos Derivativos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	1.204	169	1.373	-	1.755	688	2.443
Termo	-	3.696	2	3.698	-	2.326	4	2.330
Swaps - Diferencial a Receber	-	2.647	15	2.662	-	2.732	18	2.750
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	4	-	4
Verificação de Swap	-	3	-	3	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	777	-	777	-	399	-	399
Futuros	-	-	-	-	17	9	-	26
Outros Derivativos	-	197	132	329	-	607	195	802
Derivativos - Ativo	-	8.524	318	8.842	17	7.832	905	8.754
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	-	3.134	117	3.251	6	2.884	333	3.224
Itaúsa e empresas industriais	-	-	-	20	-	-	-	16
TOTAL	-	3.134	117	3.271	6	2.884	333	3.240
Opções	-	(1.417)	(150)	(1.567)	-	(1.930)	(676)	(2.606)
Termo	-	(2.829)	(10)	(2.839)	-	(1.136)	(8)	(1.144)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.915)	(11)	(2.926)	-	(2.782)	(16)	(2.798)
Swap c/ Verificação	-	(2)	-	(2)	-	-	-	-
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Derivativos de Crédito	-	(103)	-	(103)	-	(110)	-	(110)
Futuros	(15)	(5)	(5)	(25)	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	(85)	-	(85)	-	(87)	-	(87)
Derivativos - Passivo	(15)	(7.356)	(176)	(7.547)	-	(6.047)	(700)	(6.747)
Participação Itaúsa - 36,77% em Mar/12 e 36,82% em Dez/11	(6)	(2.705)	(65)	(2.775)	-	(2.227)	(258)	(2.484)
Itaúsa e empresas industriais	-	-	-	(4)	-	-	-	(2)
TOTAL	(6)	(2.705)	(65)	(2.779)	-	(2.227)	(258)	(2.486)

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/03/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	7	-	(53)	-	244	-
Títulos de Dívidas de Empresas	290	7	-	(53)	-	244	-
Notas Promissórias	290	7	-	(53)	-	244	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	56	234	(167)	-	1.719	-
Títulos públicos do governo brasileiro	259	(2)	-	-	-	257	-
Títulos de Dívidas de Empresas	1.337	58	234	(167)	-	1.462	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	43	234	-	-	968	-
Notas Promissórias	646	15	-	(167)	-	494	-
Participação Itaúsa	36,82% 694	23	86	(81)	36,77% -	722	-

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/03/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	905	(29)	110	(668)	-	318	-
Opções	688	48	94	(661)	-	169	-
Swap - Diferencial a receber	18	-	2	(5)	-	15	-
Termo	4	-	-	(2)	-	2	-
Outros Derivativos	195	(77)	14	-	-	132	-
Derivativos - Passivo	(700)	17	(87)	594	-	(176)	-
Opções	(676)	38	(78)	566	-	(150)	-
Termo	(8)	-	(3)	1	-	(10)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	-	-	5	-	(11)	-
Futuros	-	(21)	(6)	22	-	(5)	-
Participação Itaúsa	36,82% 75	(4)	8	(27)	36,77% -	52	-

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Títulos de Dívidas de Empresas	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562	(804)	-	-	-
Notas Promissórias	-	3	697	(410)	-	290	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	767	3.217	(3.530)	(505)	1.596	266
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38	(64)	(35)	259	(100)
Títulos de Dívidas de Empresas	1.327	767	3.179	(3.466)	(470)	1.337	366
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125	(1.103)	(79)	691	366
Notas Promissórias	1.265	78	1.666	(2.363)	-	646	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-
Participação Itaúsa	36,57% 661	315	1.706	(1.809)	36,82% (182)	694	98

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	811	835	(1.226)	-	905	(93)
Opções	56	89	690	(147)	-	688	(63)
Swap - Diferencial a receber	5	(15)	28	-	-	18	3
Termo	-	-	4	-	-	4	-
Derivativos de Crédito	261	57	104	(422)	-	-	-
Outros Derivativos	163	680	9	(657)	-	195	(33)
Derivativos - Passivo	(335)	130	(166)	(329)	-	(700)	(316)
Opções	(188)	82	(110)	(460)	-	(676)	(302)
Termo	-	-	(8)	-	-	(8)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)	19	-	(16)	(14)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Futuros	(9)	6	(27)	30	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-
Participação Itaúsa	36,57% 55	346	246	(572)	36,82% -	75	(150)

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 como Outros Derivativos correspondem basicamente a CDS indexadas a Ações.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os períodos findos em 31/03/2012 e 31/12/2011.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Análise de sensibilidade de operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas de avaliação que incorporam premissas não evidenciadas por preços de transações correntes em mercados ativos, conforme explicado no item f acima. A tabela a seguir demonstra em 31/03/2012 a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, no preço de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes da ausência de linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objeto):

Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	-	(0,9)
	II	(0,4)	(20,0)
	III	(0,7)	(39,3)
Moedas, Commodities e Índices	I	(1,1)	-
	II	(2,8)	-
Não Lineares	I	(28,4)	-
	II	(63,1)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, Commodities e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, commodities e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

NOTA 31 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Provisões	31/03/2012	31/12/2011
Cíveis	1.234	1.186
Trabalhistas	1.583	1.549
Fiscais e Previdenciárias	3.583	3.425
Outros	61	61
Total	6.461	6.221
Circulante	401	1.156
Não Circulante	6.060	5.065

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingencia: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O Itaú Unibanco Holding também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 304, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem Ações Trabalhistas categorizadas como perda possível

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 31/03/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	1.186	1.549	61	2.796
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(50)	(342)	-	(392)
Subtotal	1.136	1.207	61	2.404
Atualização/Encargos	15	11	-	26
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>166</u>	<u>85</u>	<u>(1)</u>	<u>250</u>
Constituição	203	91	-	294
Reversão	(37)	(6)	(1)	(44)
Pagamento	(135)	(59)	-	(194)
Subtotal	1.182	1.244	60	2.486
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	52	339	-	391
Saldo Final	1.234	1.583	60	2.877
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2012 - (Nota 19a)	738	907	-	1.645

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 31/03/2011			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	1.108	1.518	63	2.689
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(113)	(406)	-	(519)
Subtotal	995	1.112	63	2.170
Atualização/Encargos	2	11	-	13
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>131</u>	<u>62</u>	<u>(2)</u>	<u>191</u>
Constituição	171	75	-	246
Reversão	(40)	(13)	(2)	(55)
Pagamento	(94)	(57)	-	(151)
Subtotal	1.034	1.128	61	2.223
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	76	401	-	477
Saldo Final	1.110	1.529	61	2.700
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2011	626	565	-	1.191

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/12/2011
Saldo Inicial	3.425	2.917
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(21)	(16)
Subtotal	3.404	2.901
Atualização/Encargos (1)	85	213
Movimentação do Período Refletida no Resultado	93	375
Constituição (1)	116	452
Reversão (1) (2)	(23)	(77)
Pagamento (2)	(21)	(85)
Subtotal	3.561	3.404
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	22	21
Saldo Final (3)	3.583	3.425

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. No 1º semestre/2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718 de 27/11/1998.

(3) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$4.

Depósitos em Garantias	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Saldo Inicial	3.222	1.780
Apropriação de Rendas	68	46
Movimentação do Período	<u>50</u>	<u>33</u>
Depositados	63	50
Levantamentos Efetuados	(3)	(7)
Conversão em Renda	(10)	(10)
Outros ajustes	(8)	(3)
Saldo Final (Nota 19a)	3.332	1.856

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 1.114: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 408.
- CSLL - Isonomia – R\$ 557: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 127.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 183: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 183.
- PIS – R\$ 139 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 49.

Contingências não reconhecidas no Balanço – não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.473, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 438: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 310: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ/CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 250: defendemos que são despesas operacionais necessárias e dedutíveis nos termos da Lei as perdas em operações de crédito e os descontos em sua renegociação e recuperação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 173: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 140: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 118: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 271 (R\$ 236 em 31/12/2011) (Nota 21a), representado principalmente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos dados em garantia de contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/03/2012	31/03/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente		
Letras Financeiras do Tesouro)	597	565
Depósitos em Garantia (Nota 19a)	1.208	1.219

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais da Itaúsa são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, a Itaúsa não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detém uma participação de 36,77%, em 31/03/2012 (36,82% em 31/12/2011).

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2012	827.623	6.920	670	1.176	315.658
	2011	746.535	6.238	642	1.086	282.957
Receitas Operacionais (3)	2012	33.750	738	215	362	15.111
	2011	28.863	660	185	331	12.913
Lucro Líquido	2012	3.285	86	1	12	1.370
	2011	3.473	77	8	11	1.367
Patrimônio Líquido	2012	74.966	3.778	477	551	32.685
	2011	67.651	3.521	473	522	29.310
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2012	17,6%	9,2%	0,6%	8,8%	16,9%
	2011	20,8%	8,8%	7,0%	8,5%	18,7%
Geração Interna de Recursos (5)	2012	13.320	206	13	21	5.190
	2011	10.384	203	18	16	3.939

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida das empresas controladas em conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em março de 2012 de 36,77% (36,53% em março de 2011 e 36,82% em dezembro de 2011).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços Financeiros.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar)/2)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Abaixo seguem informações das Receitas por área geográfica da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	01/01 a 31/03/2012			01/01 a 31/03/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (*)	9.638	632	10.270	8.101	439	8.540
Ativos não Correntes	3.121	255	3.377	3.147	208	3.355

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2012 e em 2011.

NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- O investimento na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado			
	Valor da transação		Valor da transação		Saldo em Aberto	
	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011	31/03/2012	31/12/2011
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	-	-	-	-	(122)	(107)
Fundação BEMGEPREV	-	-	-	-	(8)	(3)
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	(25)	(19)
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	-	-	-	-	(82)	(76)
Caixa de Prev. Dos Func. Do B anco BEG - PREBEG	-	-	-	-	(8)	(9)
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	1	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	(1)	7	6	-	-
Itaú Unibanco Holding S.A.	-	(1)	-	-	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	6	5	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	1	1	-	-
Receita (Despesas) com Aluguéis	-	-	(10)	(8)	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	(7)	(6)	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	(3)	(2)	-	-
Despesas com Doações	-	-	(20)	(14)	-	-
Instituto Itaú Cultural	-	-	(20)	(14)	-	-

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2012	31/12/2011
Duratex S.A.	380	382
Elekeiroz S.A.	61	46
Itautec S.A.	155	164
Total	596	592

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Remuneração	1	1
Participações no Lucro	1	1
Total	2	2

NOTA 34 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 746 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada em conjunto que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de score continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que

garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1. Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco e dos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor que 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
Impairment	Operações Corporate com PD maior que 31,84%
	Operações em Atraso >90 dias
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application score* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basileia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2. Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o controle do risco de crédito de forma centralizada, ao passo que a gestão do risco de crédito é descentralizada, realizada por cada unidade de negócio.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, segmento, produto e demais variáveis que considera relevante.

Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio, que avaliam as carteiras em nível detalhado.

O grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas

uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de ajustar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto (standby) e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna menor a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	31/03/2012			31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.942	13.357	24.299	9.820	18.001	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	122.008	811	122.819	91.643	605	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	114.421	5.643	120.064	116.615	5.274	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	189	189	-	186	186
Derivativos	6.168	2.674	8.842	5.864	2.890	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.264	44.741	55.005	7.323	40.187	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.507	503	3.010	2.500	605	3.105
Operações de Crédito	252.446	71.746	324.192	251.034	71.357	322.391
Off Balance	258.710	13.568	272.278	254.711	14.830	269.541
Avais e Fianças	50.044	3.106	53.150	48.908	2.622	51.530
Cartas de Crédito	12.599	-	12.599	11.172	-	11.172
Compromissos a Liberar	196.067	10.462	206.529	194.631	12.208	206.839
Crédito Imobiliário	13.854	-	13.854	14.308	-	14.308
Cheque Especial	91.834	-	91.834	91.904	-	91.904
Cartão de Crédito	84.895	503	85.398	83.767	489	84.256
Outros Limites Pré-Aprovados	5.484	9.959	15.443	4.652	11.719	16.371
Total	777.466	153.232	930.698	739.510	153.935	893.445

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/03/2012 e 31/12/2011, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 75% das operações de crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 7,6% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e

- 5,6% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	31/03/2012	%	31/12/2011	%
Setor Público	1.644	0,47%	1.990	0,57%
Indústria e Comércio	99.962	28,70%	99.859	28,85%
Serviços	72.456	20,80%	70.642	20,40%
Setor Primário	16.165	4,64%	16.109	4,65%
Pessoa Física	881	0,25%	156.167	45,10%
Outros Setores	157.169	45,14%	1.497	0,43%
Total	348.277	100,00%	346.264	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/03/2012	%	31/12/2011	%
Setor Primário	1.183	0,35%	1.029	0,34%
Setor Público	130.865	39,15%	88.174	29,24%
Indústria e Comércio	7.230	2,16%	5.381	1,78%
Serviços	45.618	13,65%	72.281	23,97%
Outros Setores	2.208	0,66%	14.574	4,83%
Pessoa Física	6	0,00%	5	0,00%
Financeiras	147.118	44,02%	120.069	39,82%
Total	334.228	100,00%	301.513	100,00%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento, Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/03/2012				31/12/2011			
	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	210.649	5.764	-	216.413	221.315	5.800	-	227.115
Médio	76.246	11.455	-	87.701	63.763	10.921	-	74.684
Alto	15.477	9.138	-	24.615	16.910	8.703	-	25.613
Impairment	-	-	19.548	19.548	-	-	18.852	18.852
Total	302.372	26.357	19.548	348.277	301.988	25.424	18.852	346.264
%	86,8%	7,6%	5,6%	100,0%	87,3%	7,3%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de créditos por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito.

	31/03/2012					31/12/2011				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	73.846	48.090	14.967	11.363	148.266	73.354	49.320	14.467	10.986	148.127
Cartão de Crédito	18.680	11.955	3.220	2.719	36.574	19.332	13.061	3.485	3.083	38.961
Crédito Pessoal	8.347	16.992	8.687	3.564	37.590	7.765	15.985	8.048	3.455	35.253
Veículos	33.580	18.028	2.956	4.947	59.511	33.934	19.357	2.843	4.329	60.463
Crédito Imobiliário	13.239	1.115	104	133	14.591	12.323	917	91	119	13.450
Grandes Empresas	87.839	5.053	190	1.214	94.296	88.353	3.500	343	1.033	93.229
Micros/Pequenas e Médias Empresas	50.799	18.280	9.426	6.899	85.404	51.548	17.444	9.887	6.770	85.649
Unidades Externas América Latina	3.929	16.278	32	72	20.311	13.860	4.420	916	63	19.259
Total	216.413	87.701	24.615	19.548	348.277	227.115	74.684	25.613	18.852	346.264
%	62,1%	25,2%	7,1%	5,6%	100,0%	65,6%	21,6%	7,4%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2012				31/12/2011			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	86.459	4.978	156	91.593	86.992	3.423	314	90.729
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	70.884	38.792	8.754	118.430	70.501	40.321	8.952	119.774
Cartão de Crédito	18.560	11.322	2.200	32.082	19.245	12.580	2.503	34.328
Crédito Pessoal	8.237	15.900	5.963	30.100	7.648	14.893	5.870	28.411
Veículos	31.188	10.825	573	42.586	31.516	12.248	565	44.329
Crédito Imobiliário	12.899	745	18	13.662	12.092	600	14	12.706
Micros/Pequenas e Médias Empresas	50.156	16.674	6.562	73.392	50.774	15.899	6.828	73.501
Unidades Externas América Latina	3.150	15.802	5	18.957	13.048	4.120	816	17.984
Total	210.649	76.246	15.477	302.372	221.315	63.763	16.910	301.988

6.1.1 As operações de crédito vencidas, por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

	31/03/2012				31/12/2011			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	12.020	4.866	1.588	18.474	11.764	4.112	1.491	17.367
Cartão de Crédito	955	416	402	1.773	805	344	401	1.550
Crédito Pessoal	2.310	1.144	473	3.927	2.056	871	460	3.387
Veículos	8.181	3.136	659	11.976	8.456	2.760	589	11.805
Crédito Imobiliário	574	170	54	798	447	137	41	625
Grandes Empresas	1.227	91	170	1.488	1.232	185	51	1.468
Micros/Pequenas e Médias Empresas	3.093	1.394	626	5.113	3.433	1.349	596	5.378
Unidades Externas América Latina	1.188	64	30	1.282	1.144	41	26	1.211
Total	17.528	6.415	2.414	26.357	17.573	5.687	2.164	25.424

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2012							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	147.118	109.918	189	3.928	32.490	3.007	296.650
Médio	-	10.028	-	4.644	22.381	3	37.056
Alto	-	118	-	270	134	-	522
Total	147.118	120.064	189	8.842	55.005	3.010	334.228
%	44,0%	35,9%	0,1%	2,6%	16,5%	0,9%	100,0%

31/12/2011							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	120.069	111.938	186	4.750	26.849	3.101	266.893
Médio	-	9.197	-	3.742	20.580	4	33.523
Alto	-	754	-	262	81	-	1.097
Total	120.069	121.889	186	8.754	47.510	3.105	301.513
%	39,8%	40,4%	0,1%	2,9%	15,8%	1,0%	100,0%

6.1.3 Garantias de operações de crédito

Efeito financeiro da garantia	31/03/2012				31/12/2011			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Pessoas Físicas	64.665	147.611	9.201	8.077	67.786	146.078	7.608	6.924
Crédito Pessoal	465	1.186	28	18	635	1.607	88	70
Veículos	49.622	77.500	8.901	7.879	54.062	82.309	7.216	6.638
Crédito Imobiliário	14.578	68.925	272	180	13.089	62.162	304	216
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	139.595	295.941	41.802	21.766	115.349	238.458	61.710	42.887
Unidades Externas América Latina	4.132	6.563	16.179	9.657	-	-	19.259	13.497
Total das Garantias	208.392	450.115	67.181	39.500	183.135	384.536	88.577	63.308

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos de R\$ 72.704 (R\$ 74.553 em 31/12/2011).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantias.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna à situação de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda em 31 de março de 2012, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 16.438 (R\$ 14.570 em 31/12/2011).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 31/03/2012 e de 01/01 a 31/12/2011:

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Imóveis Não de Uso	1	1
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	9	9
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	-	2
Total	10	12

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à *variação* cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de *variações* nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados, e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/rj, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING baseia-se no uso abrangente e complementar de metodologias, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a balancear os objetivos de negócio da empresa, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do conglomerado ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Além disso, a área executiva realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, inclusive das eventuais extrapolações de limites de risco, comunicando o evento à unidade de negócio responsável e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco. Para isto, o banco conta com um processo estruturado de comunicação e informações, que fornece subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação e carteira de não negociação. A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos *hedges*, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e gerencial são regidos por políticas internas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja *variação* acarreta impactos no resultado, sendo os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas às *variações* nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros.
- Cupons Cambiais: risco de perda das posições em operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à *variação* cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às *variações* nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à *variação* do preço de ações.

O tratamento de risco de mercado da carteira de não negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações e choques das taxas de juros, Value at Risk (VaR) e Earning at Risk (EaR); conforme estabelecido nas políticas internas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das carteiras de negociação e de não negociação, utiliza-se o Value at Risk (VaR), além aplicar testes de stress, conforme apresentado no parágrafo abaixo sobre métricas.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e que cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas comissões competentes.

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

Essa estrutura de controle de limites:

- Proporciona mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do banco, promovendo o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco e sua evolução;
- Aumenta a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornece mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evita a concentração de riscos.

Os limites são monitorados e os alertas de atingimento acionam discussões deliberativas sobre as posições.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado em Risco (*EaR*): medida que quantifica o impacto no resultado a realizar de uma dada carteira, considerando condições normais de mercado, horizonte de tempo relacionado a operação mais longa da carteira de não negociação e um intervalo de confiança pré determinado.

Adicionalmente às medidas de risco acima mencionadas, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Aplicado a fatores de risco;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objeto, as volatilidades implícitas, taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco Holding

O modelo interno de *VaR* utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de *VaR* Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior (Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.); demonstrando onde encontram-se as maiores concentrações de risco de mercado.

Neste período, o VaR Global Médio foi de R\$ 154,3 milhões ou 0,20% do patrimônio total (em todo o ano de 2011 foi de R\$ 142,0 milhões ou 0,19%).

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	31/03/2012	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2011
	(em milhões de R\$)				(em milhões de R\$)			
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	113,2	77,7	156,0	109,2	105,3	27,0	229,2	114,8
Cupons Cambiais	23,0	19,1	29,4	20,7	29,5	12,6	59,0	23,6
Moedas Estrangeiras	45,4	27,3	77,7	27,3	38,1	14,2	69,2	29,0
Índices de Preços	22,0	14,8	32,8	27,0	17,7	2,5	41,6	21,1
Ações	8,9	4,4	17,1	8,0	13,4	3,7	26,1	4,4
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA <i>International</i>	2,3	0,8	5,1	1,8	2,9	0,4	6,5	1,5
Itaú Argentina	3,3	2,2	4,5	2,5	4,0	1,6	9,4	3,7
Itaú Chile	5,9	4,1	9,2	9,2	5,3	1,9	10,3	5,3
Itaú Uruguai	0,8	0,3	1,4	1,2	0,5	0,2	1,1	0,7
Itaú Paraguai	0,3	0,2	0,4	0,3	0,6	0,2	1,7	0,2
Efeito de diversificação				(64,7)	-	-	-	(53,4)
Total	154,3	135,1	181,7	142,5	142,0	74,0	278,5	150,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação do dia.

Análise de Sensibilidade - CARTEIRAS DE NEGOCIAÇÃO E NÃO NEGOCIAÇÃO

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o conglomerado estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade, aqui apresentadas, são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, com horizonte de investimentos de curto prazo, destinadas a hedge de outros instrumentos desta carteira ou trava de resultados de arbitragem.

Valores em R\$ mil

Carteira de Negociação	Exposições	31/03/2012 (*)		
		Cenários		
		I	II	III
Fatores de Risco	Risco de Variação em:			
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(1.047)	(26.046)	(51.848)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	162	(4.169)	(8.593)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(10.656)	(266.395)	(532.789)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(366)	(9.070)	(17.996)
TR	Taxa do cupom de TR	363	(9.148)	(18.462)
Ações	Preços de ações	(2.070)	(51.748)	(103.497)
	Total sem correlação	(13.614)	(366.576)	(733.184)
	Total com correlação	(10.650)	(286.760)	(573.544)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações com horizonte de investimento de médio e longo prazos e seus respectivos hedges e as destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

Valores em R\$ mil

Carteiras de Negociação e Não Negociação	Exposições	31/03/2012 (*)		
		Cenários		
		I	II	III
Fatores de Risco	Risco de Variação em:			
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(3.344)	(83.297)	(165.952)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.047)	(25.954)	(51.472)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	1.026	(25.643)	(51.286)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(1.290)	(31.642)	(62.050)
TR	Taxa do cupom de TR	(4.619)	(113.065)	(221.267)
Ações	Preços de ações	1.182	(29.552)	(59.104)
	Total sem correlação	(8.092)	(309.153)	(611.133)
	Total com correlação	(6.330)	(241.839)	(478.067)
	Total sem correlação - área industrial (**)		(1.899)	(2.548)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

(**) Inclui exposições em moeda estrangeira, taxa de juros e preços.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc);
- Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Os derivativos contratados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão demonstrados no item Instrumentos Financeiros Derivativos, constante nesta nota.

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando, por produtos, o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	31/03/2012						31/12/2011					
	0-30	31-180	181-365	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30	31-180	181-365	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	242.803	165.074	76.036	216.710	57.500	758.123	236.921	142.241	90.272	221.640	54.756	745.830
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.948	5.269	2.343	2.739	-	24.299	18.911	3.226	3.247	2.177	260	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	78.774	43.982	63	-	-	122.819	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248
Depósitos Compulsórios no Banco Central	75.618	-	-	-	-	75.618	98.053	-	-	-	-	98.053
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.487	22.629	12.336	66.201	13.411	120.064	7.188	3.369	27.149	72.088	12.095	121.889
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor	189	-	-	-	-	189	186	-	-	-	-	186
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.061	5.173	8.793	17.720	17.258	55.005	6.139	3.997	3.768	17.042	16.564	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	30	3	232	2.745	3.010	87	-	33	190	2.795	3.105
Derivativos	1.502	2.982	713	3.223	422	8.842	2.277	2.199	1.473	2.315	490	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	61.224	85.009	51.785	126.595	23.664	348.277	53.949	88.988	52.947	127.828	22.552	346.264
Passivos Remunerados	181.635	62.442	46.756	231.608	39.764	562.205	167.707	69.188	47.978	220.222	51.727	556.822
Depósitos de Poupança	68.488	-	-	-	-	68.488	67.170	-	-	-	-	67.170
Depósitos a Prazo	21.013	16.363	10.469	75.792	3.748	127.385	30.918	19.167	11.475	79.542	3.367	144.469
Depósitos Interfinanceiros	1.706	3.627	2.723	513	-	8.569	665	683	445	272	-	2.065
Mercado Aberto	74.761	10.136	9.508	92.212	13.187	199.804	55.866	11.403	11.139	89.261	17.744	185.413
Mercado Interbancário	5.083	25.721	15.906	39.424	3.716	89.850	5.904	24.588	16.773	38.781	4.452	90.498
Mercado Institucional	6.473	4.704	7.286	19.945	18.562	56.970	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807
Derivativos	1.254	1.804	831	3.156	502	7.547	1.526	1.245	1.364	2.104	508	6.747
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	1	87	33	566	49	736	48	854	901	697	315	2.815
Passivos de Planos de Capitalização	2.856	-	-	-	-	2.856	2.838	-	-	-	-	2.838
Diferença ativo/passivo (2)	61.168	102.632	29.280	(14.941)	17.779	195.918	69.214	73.053	42.294	1.418	3.029	189.008
Diferença Acumulada	61.168	163.800	193.080	178.139	195.918		69.214	142.267	184.561	185.979	189.008	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	8,1%	21,6%	25,5%	23,5%	25,8%		9,3%	19,1%	24,7%	24,9%	25,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre os vencimento de todos os ativos e passivos remunerados, na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/03/2012					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	4.002	145	55	1.978	6.180
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	-	2.190	2.190
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.164	1.015	-	1.178	13.357
Aplicações em Mercado Aberto	780	-	-	31	811
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.664	737	-	242	5.643
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	189	-	-	189
Derivativos	1.946	486	-	242	2.674
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	41.366	70	-	3.305	44.741
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	503	-	-	-	503
Operações de Crédito, líquida	38.382	5.997	2.730	24.637	71.746
TOTAL DO ATIVO	102.807	8.639	2.785	33.803	148.034

31/03/2012					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	36.956	1.909	373	21.213	60.451
Captações no Mercado Aberto	9.560	-	-	171	9.731
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.752	-	-	2.752
Derivativos	1.489	459	-	165	2.113
Recursos de Mercados Interbancários	24.705	1.531	1	2.023	28.260
Recursos de Mercados Institucionais	43.472	3.578	-	1.452	48.502
TOTAL DO PASSIVO	116.182	10.229	374	25.024	151.809
POSIÇÃO LIQUÍDA	(13.375)	(1.590)	2.411	8.779	(3.775)

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/12/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	2.560	323	64	2.221	5.168
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	13	-	2.098	2.111
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.681	1.274	2	1.044	18.001
Aplicações em Mercado Aberto	478	-	-	127	605
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.327	643	-	304	5.274
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	-	186
Derivativos	2.018	614	-	258	2.890
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37.880	98	-	2.209	40.187
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	605	-	-	-	605
Operações de Crédito, líquida	40.494	5.338	2.832	22.693	71.357
TOTAL DO ATIVO	104.043	8.489	2.898	30.954	146.384

31/12/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	36.830	2.390	409	19.438	59.067
Captações no Mercado Aberto	7.228	-	-	176	7.404
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.815	-	-	2.815
Derivativos	1.684	537	-	137	2.358
Recursos de Mercados Interbancários	28.022	643	2	2.015	30.682
Recursos de Mercados Institucionais	47.643	3.530	-	1.230	52.403
TOTAL DO PASSIVO	121.407	9.915	411	22.996	154.729
POSIÇÃO LIQUÍDA	(17.364)	(1.426)	2.487	7.958	(8.345)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 9, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez.
- Planos de contingência para situações de crise.
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco.
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação.
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 435,8 bilhões de reais no primeiro trimestre de 2012, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 29,7% do total, ou R\$ 129,3 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é bastante estável: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/03/2012			31/12/2011		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	118.110	231.345		127.686	242.638	
Recursos à Vista	26.903	26.903	6,2	28.933	28.933	6,5
Recursos de Poupança	68.488	68.488	15,7	67.170	67.170	15,0
Recursos a Prazo	21.013	127.385	29,2	30.917	144.469	32,2
Outros Recursos	1.706	8.569	2,0	666	2.066	0,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	2.647	49.336	11,3	4.862	51.557	11,5
Recursos de Emissão Própria (2)	2.331	109.415	25,1	2.913	114.155	25,5
Dívida Subordinada	6.189	45.701	10,5	60	39.715	8,9
Total	129.277	435.797		135.521	448.064	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o primeiro trimestre de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 90,2 bilhões e representavam 69,8% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 20,7% do total de recursos e 15,9% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	69,8
Ativos Líquidos / Recursos Totais	20,7
Ativos Líquidos / Ativos Totais	15,9

Adicionalmente, apresentamos os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

R\$ Milhões

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/03/2012					31/12/2011				
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total
ATIVO (1)										
Disponibilidades	10.551	-	-	-	10.551	10.633	-	-	-	10.633
Aplicações em Instituições Financeiras	90.576	41.690	2.864	269	135.399	68.277	36.721	2.295	287	107.580
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	51.584	-	-	-	51.584	25.438	-	-	-	25.438
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	25.377	33.513	-	-	58.890	23.948	29.706	-	-	53.654
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.615	8.177	2.864	269	24.925	18.891	7.015	2.295	287	28.488
Títulos e Valores Mobiliários	33.862	19.145	9.646	74.660	137.313	50.127	5.368	3.979	54.096	113.570
Títulos Públicos - Livres	28.091	-	-	-	28.091	44.741	-	-	-	44.741
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	836	15.012	6.109	41.647	63.604	686	1.779	916	23.210	26.591
Títulos Privados - Livres	4.900	4.028	3.263	30.325	42.516	4.693	3.299	2.332	28.648	38.972
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	35	105	274	2.688	3.102	7	290	731	2.238	3.266
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.502	3.695	951	2.694	8.842	2.277	3.672	960	1.845	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (3)	50.594	134.583	76.636	120.503	382.316	48.966	133.015	78.609	110.750	371.340
	187.085	199.113	90.097	198.126	674.421	180.280	178.776	85.843	166.978	611.877

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 75.618 (R\$ 98.053 em 31/12/2011) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 29.

(2) Subtraído o valor de R\$ 7.836 (R\$ 7.227 em 31/12/2011), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista de R\$ 22.138 (R\$ 25.749 em 31/12/2011).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/03/2012					31/12/2011				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
PASSIVO										
Depósitos	112.848	37.911	28.510	86.169	265.438	122.173	38.410	33.101	67.913	261.597
Depósito a Vista	26.903	-	-	-	26.903	28.933	-	-	-	28.933
Depósito Poupança	68.488	-	-	-	68.488	67.170	-	-	-	67.170
Depósito a Prazo	16.047	31.227	28.310	86.040	161.624	25.423	37.239	32.903	67.806	163.371
Depósito Interfinanceiros	1.410	6.684	200	129	8.423	647	1.171	198	107	2.123
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Compulsórios	(34.736)	(11.377)	(9.187)	(20.318)	(75.618)	(39.562)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(98.053)
Depósito a Vista	(9.287)	-	-	-	(9.287)	(9.939)	-	-	-	(9.939)
Depósito Poupança	(19.400)	-	-	-	(19.400)	(18.843)	-	-	-	(18.843)
Depósito a Prazo	(6.049)	(11.377)	(9.187)	(20.318)	(46.931)	(10.780)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(69.271)
Captações no Mercado Aberto (1)	77.625	20.745	44.594	95.369	238.333	56.618	24.205	45.139	91.587	217.549
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	2.581	23.334	13.148	14.727	53.790	4.365	25.714	12.998	13.274	56.351
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	3.576	22.124	10.624	24.313	60.637	3.339	25.276	10.617	24.484	63.716
Dívidas Subordinadas (4)	6.233	8.828	1.712	44.208	60.981	69	11.338	3.174	40.941	55.522
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.254	2.635	964	2.694	7.547	1.526	2.609	885	1.727	6.747
	169.381	104.200	90.365	247.162	611.108	148.528	111.762	91.963	211.176	563.429

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

O quadro acima não inclui o efeito financeiro sobre a liquidez dos avais, fianças e outros compromissos de crédito, uma vez que esses possuem uma probabilidade de 0,06% de concretização, de acordo com dados históricos em relação aos valores de referência (*notional*) (Nota 35.5).

NOTA 35 – EVENTOS SUBSEQUENTES**I - Banco BPI, S.A.**

Em 20 de abril de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Lda. (IPI), alienou a totalidade de sua participação, equivalente a 18,87% no capital social do Banco BPI, S.A. (BPI) à Caixabank, S.A., sociedade integrante do Grupo La Caixa.

Em consequência desta operação, a La Caixa pagará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING cerca de € 93 milhões (noventa e três milhões de euros).

A transação resultará em impacto positivo de aproximadamente R\$ 100 milhões no patrimônio líquido consolidado e um efeito negativo, não recorrente, de aproximadamente R\$ 200 milhões no lucro líquido contábil. Esses efeitos serão registrados no 2º trimestre de 2012.

II - Operação com o Carrefour

Em 20 de abril de 2012, o BACEN aprovou o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 14/04/2011, entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda (Carrefour Brasil), para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour") pelo valor de R\$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia"), em 31 de março de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado"), em 31 de março de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de março de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron

Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ. 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao das demonstrações contábeis referentes ao 1º trimestre de 2012, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.

São Paulo (SP), 3 de maio de 2012.

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI
Presidente

JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA
Conselheiro

JOÃO COSTA
Conselheiro

GLOSSÁRIO DE TERMOS ESTRANGEIROS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

1. **Accrual:** Reconhecimento de receitas e despesas pelo regime de competência.
2. **ATM:** Caixa automatico, máquina automática para serviços bancários
3. **EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization):** Ganhos antes de Impostos, Depreciações e Amortizações.
4. **Eurobonds/Euronotes:** (Eurobônus/Euronotas) Bônus lançado no mercado europeu por um governo ou companhia através de um banco de determinado país e na moeda deste, mas vendido internacionalmente, geralmente por bancos.
5. **Hedge:** Proteção de uma posição. Estratégia financeira empregada para minimizar o risco decorrente das flutuações no mercado sobre investimentos de risco.
6. **Holding:** Sociedade que possui capital votante de outra em quantidade suficiente para influenciar seu conselho de administração e controlar sua política e administração.
7. **IBNR (Incurred But Not Reported):** Sigla em língua inglesa para a expressão “Incorridos mas não informados” utilizada nos sinistros de seguros.
8. **IFRS:**
9. **Joint Bookrunner:** Banco que estrutura, define o preço e convida outros subscritores a participar de uma emissão de valores mobiliários.
10. **Leasing:** Arrendamento Mercantil.
11. **Libor:** Taxa interbancária do mercado de Londres.
12. **Ranking:** Classificação, categorização.
13. **ROE (Return On Equity):** Retorno sobre o Patrimônio Líquido
14. **Software:** Conjunto de programas, métodos e procedimentos, regras e documentação, relacionados com o funcionamento e manejo de um sistema de dados.
15. **Subprime:** é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa
16. **Stress:** Tensão. Estado de dificuldade, pressão ou preocupação extrema.
17. **Swap:** Direitos contratuais de troca de resultados financeiros.
18. **Write-off:** (Baixa contábil de operação de crédito que se encontra totalmente provisionada). Baixar o valor de um ativo a débito de sua respectiva provisão.